



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**Instituto de Letras e Lingüística**  
*Curso de Mestrado em Lingüística*



**ROSELY COSTA SILVA GOMES**

**O RISO, SEUS PODERES E PERIGOS:**

Um estudo da discursivização do riso e da materialização do poder na  
sátira gregoriana

Uberlândia  
2007

ROSELY COSTA SILVA GOMES

## **O RISO, SEUS PODERES E PERIGOS:**

Um estudo da discursivização do riso e da materialização do poder na  
sátira gregoriana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística  
da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção  
do título de mestre em Lingüística.

Área de concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada;

Linha de pesquisa: estudos sobre texto e discurso;

Tema: Análise do Discurso: formação e funcionamentos de discursos  
político-institucional, literário e pedagógico.

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.

Uberlândia

2007

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

G633r Gomes, Rosely Costa Silva, 1969-  
O riso, seus poderes e perigos: um estudo da  
discursivização do riso e da materialização do poder na  
sátira gregoriana / Rosely Costa  
Silva Gomes. - 2007  
116 f.

Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de  
Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Lingüística.**  
Inclui bibliografia.

1. Análise do discurso - Teses 2. Riso. 3. Matos,  
Gregório de,  
1633?-1696 – Crítica e interpretação - Teses. 4. Literatura  
brasileira -  
Teses. I. Fernandes, Cleudemar Alves. II. Universidade  
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Lingüística. III. Título.

---

CDU: 801

ROSELY COSTA SILVA GOMES

**O RISO, SEUS PODERES E PERIGOS:**

Um estudo da discursivização do riso e da materialização do poder na sátira gregoriana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de mestre em Linguística.

Banca Examinadora:

Uberlândia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007

---

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes (UFU - Orientador)

---

Profª Drª Kátia Menezes de Sousa (UFG)

---

Profª Drª Fernanda Mussalim (UFU)

## **DEDICATÓRIA**

A minha mãe, exemplo de perseverança, coragem e luta.

A meu pai (em memória), que tinha o riso amigo por companheiro.

A Mário, Karol e Gabi, aos quais dedico o meu melhor sorriso.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, minha grande inspiração e fonte de inesgotável sabedoria.

À professora Carmem Agustini pela iniciação prazerosa nos textos de Michel Pêcheux.

Ao professor Ernesto Bertholdo, que com grande gentileza me permitiu, a partir de suas aulas, mergulhar um pouco mais nos mistérios da psicanálise.

À professora Fernanda Mussalim, a quem admiro como professora e como mulher pela ética, pela seriedade, pela delicadeza e pelo bom humor.

Ao professor João Bosco, grande amigo, pela enorme contribuição durante todo o curso e ainda no período do exame de qualificação, juntamente com a professora Fernanda.

Aos amigos e amigas do curso de mestrado em lingüística, pelos diálogos, pela parceria, pela atenção: vou sentir muita falta de todos.

E por fim, e de modo muito especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes que muito contribuiu no desalojamento das velhas certezas e na *instalação das instabilidades*, a meu ver, tão necessárias àqueles que pretendem se instituir como sujeitos nestas aventuras teóricas. Também pela amizade, apoio, paciência e confiança transparecidos nos momentos críticos; pela prontidão na resposta as nossas dúvidas; enfim, pela agradável e valiosa parceria.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal refletir sobre o processo de discursivização do riso – na sátira gregoriana – e de sua utilização como instrumento de luta ideológica. Inscritos no campo da Análise do Discurso de linha francesa, trabalhamos sob o seguinte questionamento: de que forma o riso, sob a forma de sátira, pode contribuir para a manutenção ou reconfiguração de grupos de poder já instituídos e socialmente bem aceitos, como também para o estabelecimento de grupos de poder emergentes? Ou, ainda, parodiando Foucault (2002): O que há de tão perigoso e poderoso no fato de as pessoas rirem e de seu riso proliferar indefinidamente? Supomos que tais materialidades discursivas funcionam como uma espécie de recado, de ajuste de contas, uma espécie de *trote social*: um sujeito ao sentir o seu poder abalado por um outro, transforma-o em motivo de riso, numa tentativa de coibir a sua ação. O objeto dessa pesquisa constitui-se de quatro poemas satíricos extraídos do livro *Obras Completas*, de Gregório de Matos. A seleção desse objeto justifica-se por considerarmos que a ideologia se manifesta através das práticas de um sujeito e a sátira se constitui como elemento material dessa prática, cujo efeito de sentido que nos interessa é o riso.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Análise do Discurso. 2. Riso. 3. Literatura. 4. Autoria

## RÉSUMÉ

La présente étude a comme objectif principal réfléchir sur le processus de discursivisation du rire – dans la sàtira gregorienne – et de son utilisation comme instrument de la lutte idéologique. Inscrits au champ de l'Analyse du Discours de courante française, on travaille sous le questionnement suivant: de quelle forme le rire, sous la forme de la satire, peut contribuer pour le maintien ou la déconstruction de groupes de pouvoir déjà institués et socialement bien acceptés, ainsi que pour l'établissement de groupes de pouvoir émergents? Ou, encore, parodiant Foucault (2002): Qu'est-ce qu'y a-t-il de si dangereux et puissant au fait des gens rire et de leur rire proliférer indéfiniment? On suppose que telles matérialités discursives fonctionnent comme une espèce d'avis, de vengeance, une espèce de *gag social*: un sujet en sentant son pouvoir ébranlé par un autre, il le transforme en motif de rire, dans une tentative de refréner son action. L'objet de cette recherche se constitue de quatre poèmes satiriques extraits du livre *Obras Completas*, de Gregório de Matos. Le choix pour cet objet se justifie car on considère que l'idéologie se manifeste à travers les pratiques d'un sujet et la satire se constitue comme élément matériel de cette pratique, dont l'effet de sens qui nous intéresse est le rire.

MOTS-CLÉS: 1. Analyse du Discours. 2. Rire. 3. Littérature. 4. Autorialité

## SUMÁRIO

|                                                                                                              |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                       | <b>10</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1</b>                                                                                            |            |
| Análise do Discurso e o Riso: fundamentos teóricos.....                                                      | 17         |
| <b>CAPÍTULO 2</b>                                                                                            |            |
| O riso enquanto prática ideológica.....                                                                      | 28         |
| 2.1. Outros olhares sobre o riso.....                                                                        | 28         |
| <b>CAPÍTULO 3</b>                                                                                            |            |
| De monumento a documento-monumento: considerações sobre o literário como instrumento de luta ideológica..... | 38         |
| 3.1. Literatura e Análise do Discurso.....                                                                   | 38         |
| 3.2. O literário: de monumento a documento/monumento.....                                                    | 39         |
| 3.3. Literatura e exterioridade.....                                                                         | 42         |
| 3.4. Inconsciente e Ideologia: em busca de um ponto de intersecção.....                                      | 44         |
| 3.5. Autoria, inconsciente e ideologia.....                                                                  | 49         |
| <b>CAPÍTULO 4</b>                                                                                            |            |
| Análise do corpus.....                                                                                       | 52         |
| 4.1. Considerações sobre o <i>corpus</i> e seus autores.....                                                 | 52         |
| 4.1.1. O Brasil do século XVII e a produção satírica de Gregório de Matos.....                               | 54         |
| 4.1.2. O riso do vigário.....                                                                                | 60         |
| 4.1.3. O riso do poeta.....                                                                                  | 74         |
| 4.1.4. Autoria, literatura e riso.....                                                                       | 79         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                             | <b>89</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                       | <b>94</b>  |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                                                           | <b>101</b> |

*O riso foi enviado à terra pelo diabo,  
apareceu aos homens com a máscara da  
alegria e eles o acolheram com agrado. No  
entanto, mais tarde, o riso tira a máscara  
alegre e começa a refletir sobre o mundo e os  
homens com a crueldade da sátira.*

Bonawentura, Rondas noturnas.

## INTRODUÇÃO

*Nada mais triste do que o riso... Por isso, a intenção dos autênticos escritores de comédia – quer dizer, os mais profundos e honestos – não é, de modo algum, unicamente divertir-nos, mas abrir despidoradamente nossas cicatrizes mais doloridas para que as sintamos com mais força.*

(Federico Fellini)

Em sua crônica *O Único Animal*, Luis Fernando Veríssimo coloca-nos diante de uma constatação, no mínimo, intrigante: *o homem é o único animal que ri do seu semelhante*. Tão antiga quanto a própria humanidade, essa é uma questão que, segundo Bérqson (2001, p.1), *sempre se esquiva aos esforços, escorrega, escapa e ressurgue, impertinente desafio lançado a especulação filosófica*. Mais intrigantes são as situações comumente relacionadas ao riso e o tratamento que o mesmo tem recebido ao longo da história da humanidade: a experiência permitiu-nos a observação das interdições sofridas pelo riso, que se traduziam em enunciados do tipo: *homem sério não ri; moça direita não anda rindo pelas ruas*. A inquietação causada por esse tipo de expressão ganhou força de objeto de pesquisa a partir da obra de Umberto Eco, *O nome da rosa*. A partir desta, tornou-se notório que o riso era tido como algo abominável pela sociedade daquela época. Assim surgiu o desejo de pensar o porquê dessa segregação a que algumas manifestações do riso vêm sendo submetidas ao longo da História da humanidade. Essas inquietações nos levaram a teorizar sobre o riso. Ressalte-se, contudo, que não o abordaremos em todas as suas manifestações e formas. Esse é um fenômeno de múltiplas faces e de muitos efeitos. Ao estudar a obra de François Rabelais e a cultura popular na Idade Média e no Renascimento, Bakhtin nos deu uma pequena mostra da natureza polimorfa desse traço que muitos querem distintivamente humano: as festas públicas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e os tolos, gigantes, anões e monstros, palhaços de diversos estilos e categorias, a literatura paródica. (1987, p.3-4). Alberti (2002, p. 25), por sua vez, falará em categorias ligadas ao riso: humor, ironia, comédia, piada, dito espirituoso, brincadeira, sátira, grotesco, gozação, ridículo, *nonsense*, farça, humor negro...

Na tentativa de fugir dos riscos inerentes às generalizações, e dada a brevidade com que devemos tratar da questão, optamos por abordá-lo em apenas uma de suas faces, talvez a mais destrutiva: o riso sarcástico. Assim, apesar da ciência do grande risco que envolve essa tarefa – haja vista a vasta e importante literatura produzida por nomes como Aristóteles, Freud, Bérghson e outros – aventuramo-nos a realizá-la por alimentarmos a possibilidade de podermos apresentar um outro ângulo de análise: o riso será analisado, considerando-se a exterioridade que permite o seu acontecimento, sob a forma discursivizada. Assim, somando-se aos estudos já existentes, pretendemos colaborar no sentido de desvelar os motivos pelos quais rimos, tentando, por outro lado, evidenciar como o riso, em suas manifestações discursivas – aqui especificamente sob a forma de sátira - constitui-se em poderoso instrumento de luta ideológica. Supomos que tais materialidades discursivas funcionam como uma espécie de recado, de ajuste de contas, uma espécie de *trote social*: um sujeito ao sentir o seu poder abalado por um outro, transforma-o em motivo de riso, numa tentativa de coibir a sua ação. Nesse sentido, o riso é tomado como uma prática capaz de estabelecer, manter e transformar as relações de poder. Trabalhamos, portanto, sob o seguinte questionamento: de que forma o riso, sob a forma de sátira, pode contribuir para a manutenção ou reconfiguração de grupos de poder já instituídos e socialmente bem aceitos, como também para o estabelecimento de grupos de poder emergentes? Ou, ainda, parodiando Foucault (2002): O que há de tão perigoso e poderoso no fato de as pessoas rirem e de seu riso proliferar indefinidamente?

Cumpre, ainda, destacarmos o recorte temporal efetuado. Muitos estudiosos se dedicaram à construção de percursos relativos às suas aparições e manifestações. Neste estudo, focalizaremos o riso satírico no Brasil Colonial, mais especificamente, no século XVII. Para tanto, elegemos um autor, consagrado como um dos grandes nomes do período no que se refere à produção do gênero satírico: Gregório de Matos Guerra. De suas *Obras Completas* extraímos quatro poemas, dois dos quais têm sua autoria outorgada a um certo Frei Lourenço Ribeiro. Desse último, as referências a que tivemos acesso dão conta de que se tratava de um contemporâneo do Boca de Brasa (CHOCIAI, 1993, p.143), *inimigo de Gregório, inclusive em guerras poéticas* (GOMES, 1985, p. 48). Contudo, há ainda teses de que o referido sujeito nem tenha de fato existido. Essas questões não se colocam como obstáculos à nossa análise haja vista

a perspectiva teórica que elegemos para análise da obra, além de não ser nosso propósito a investigação acerca da autenticidade da autoria dos poemas. A seleção dos referidos poemas como objeto de estudo justifica-se por considerarmos que a ideologia se manifesta através das práticas de um sujeito e a sátira se constitui como elemento material dessa prática, cujo efeito de sentido que nos interessa é o riso.

Em vista da questão que nos propomos a investigar, definimos os seguintes objetivos:

Refletir sobre o processo de discursivização do riso – a partir da sátira gregoriana – e de sua utilização como instrumento de luta ideológica.

- a) Reconstituir as condições em que se deu a produção da sátira gregoriana.
- b) Verificar como se dá o processo de constituição dos sujeitos na sátira gregoriana.
- c) Destacar os embates ideológicos travados a partir da mesma, questionando as causas expostas para tais embates.
- d) Discutir como o riso, enquanto efeito de sentido produzido pelas práticas de um sujeito, poderia contribuir no processo de estabilização, manutenção ou reconfiguração dos grupos ideológicos que se manifestam através desta materialidade discursiva.

Se muitas são as formas e manifestações do riso, as possibilidades de abordá-lo são também infinitas. Considerando-se a natureza do objeto tomado para estudo – o riso sob a forma discursivizada da sátira – e dos objetivos que traçamos, recorreremos à Análise de Discurso Francesa (AD) como solo epistemológico, terreno propício às discussões em que se investiga a articulação entre o lingüístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Nesse sentido, a Análise do Discurso considera em seus estudos outras dimensões, que não apenas a lingüística, tais como o quadro das instituições em que os discursos são produzidos, os embates históricos, sociais, etc. que se cristalizam nos discursos; o espaço próprio que cada discurso configura para si no interior de um interdiscurso (MAINGUENEAU, 1997, p.13-14) e toma as condições em que os discursos são produzidos como parte constitutiva do sentido.

Quanto à organização formal, este trabalho pretende estruturar-se da seguinte maneira: no capítulo primeiro, serão apresentados os conceitos e fundamentos teóricos que sustentarão a nossa análise. E estes, conforme já nos referimos acima, têm sua origem na Análise do Discurso. Assim, em consonância com os nossos objetivos, pretendemos, neste capítulo, traçar um percurso acerca das transformações sofridas pela noção de Condições de Produção, haja vista ser esta uma noção crucial para a nossa análise. Esse percurso nos permitirá ainda especificar sob quais aspectos essa noção entrará como componente do nosso dispositivo analítico.

Refletir sobre a noção de Condições de Produção implica ainda trazer à tona a discussão acerca de duas outras noções de igual importância para o nosso estudo: as noções de formação discursiva e de interdiscurso. A introdução dessas noções no escopo da teoria promoveu uma série de rearranjos teóricos importantes e é a partir dessas que tentaremos definir as regularidades do *corpus*.

Ao abordarmos o discurso, relacionando-o às suas condições de produção, inserimos como temática pertinente os sujeitos envolvidos nos processos interlocutivos. Ao tratar do sujeito, em nossa análise, o faremos em referência a uma *forma sujeito* e a uma *posição sujeito*, sendo o Autor a forma-sujeito com a qual trabalharemos mais diretamente, modalizado entre as diversas posições enunciativas identificadas no fio discursivo.

No segundo capítulo, pretendemos discutir o riso como prática ideológica. Partindo do princípio de que *só há prática através de e sob uma ideologia; e que só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito* (ALTHUSSER, 1985, p. 93), discutiremos, nesse capítulo, sobre como se dá o processo de interpelação ideológica, e, conseqüentemente, a constituição do sujeito; e como o riso pode interferir na reconfiguração/transformação incessante desse sujeito. Assim, objetiva-se destacar o caráter constitutivamente ideológico do riso: longe de ser um ato desinteressado, o riso está sempre relacionado a posições-sujeito. Ele se manifesta como forma de legitimação, conservação e/ou transformação de uma dada representação do real. Sua manifestação ocorre como uma força capaz de intervir no avanço de forças opostas ou de transformar, reconfigurar estereótipos, representações.

Dedicaremos-nos, a partir do terceiro capítulo, a analisar o riso em sua forma material, discursivizada: como sátira. Esta será considerada como instrumento de luta ideológica, o que nos impõe uma reflexão acerca da relação Análise do Discurso e objeto literário. Assim, utilizando como referencial teórico os pressupostos da AD, relacionando a noção de autoria (FOUCAULT, 1992) às noções de inconsciente e ideologia (PÊCHEUX, 1997b), tentaremos mostrar de que forma a intersecção dessas categorias pode transformar o objeto literário em instrumento de luta ideológica.

No quarto capítulo, procederemos à análise do *corpus*, já iniciada no capítulo anterior. Em conformidade com os objetivos, inicialmente, faremos uma incursão ao século XVII no Brasil Colonial, a fim de compreendermos a história e a sociedade da época, constitutivas dos discursos em Gregório de Matos. Isso nos permitirá a reconstituição das condições de produção dos poemas em análise. Teceremos ainda considerações sobre o *corpus* e seus autores, a fim de explicitar como a questão autoral será tratada em nossa análise. Pretendemos ainda destacar sob quais aspectos o autor literário - como uma forma-sujeito - pode, através de sua produção, intervir, tanto no que se refere à manutenção, quanto à reconfiguração dos grupos que compõem a formação social da qual faz parte. Isso nos permitirá atingir o nosso objetivo maior, qual seja, colaborar no sentido de desvelar os motivos pelos quais rimos, tentando, por outro lado, evidenciar como o riso, em suas manifestações discursivas constitui-se em poderoso instrumento de luta ideológica. Destacamos que a análise terá um cunho descritivo-interpretativista, já que situada epistemologicamente no campo da Análise do Discurso Francesa.

Por fim, pretendemos, nas Considerações Finais, tecer comentários sobre aspectos referentes à questão que desencadeou este estudo, bem como avaliar a eficácia das hipóteses levantadas. Dada a relatividade da definição de *fim*, é possível que aí outras questões se abram para futuras análises... ou não! Constarão nos anexos cópias dos poemas tomados para análise.



***... e que você descubra que rir é bom, mas que  
rir de tudo é desespero...***

*Amor pra recomeçar*

Composição: Frejat/Maurício Barros/Mauro Sta. Cecília

## CAPÍTULO 1

### ANÁLISE DO DISCURSO E O RISO: CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A temática que selecionamos para estudo nos coloca num lugar extremamente desconfortável, haja vista que a literatura teórica sobre o riso é bastante extensa, fato que nos imporia a responsabilidade de dizer algo mais a respeito desta questão que, desde tempos remotos até a contemporaneidade, intriga estudiosos dos mais diversos ramos do conhecimento. Ciente dessa responsabilidade, buscamos o conforto de um lugar que nos permite desfazer a ilusão do gesto inaugural do dizer, ressignificando o já-dito pela categoria do acontecimento. É deste lugar que passaremos a falar daqui por diante, a fim de especificarmos como nos aproximaremos desse objeto de muitas faces, das quais decidimos trabalhar com a face mais destrutiva: o riso escarnecedor.

Segundo Orlandi (2001), há uma relação necessária entre o objeto, as técnicas, a metodologia e a teoria na qual a análise se sustenta. Pressuposta a tudo isso, encontra-se uma definição de linguagem que subjaz e que determina os princípios teóricos, a metodologia e a análise. Assim é que, considerando-se a natureza do objeto tomado para estudo – o riso sob a forma discursivizada da sátira – e dos objetivos que traçamos, conceberemos a linguagem como sendo o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes (MAINGUENEAU, 1997, p. 20). Dessa forma, afastando-se das análises de uma lingüística imanente, será adotado um enfoque que articule o lingüístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Em vista do que precede, o estudo da sátira – aqui tomada como a forma discursivizada do riso - dar-se-á com base nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (AD).

Na perspectiva da Análise do Discurso, *tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de*

*identidades, etc.* (ORLANDI, 2001, p. 17). Inscrevendo-se em um quadro que o lingüístico encontra-se articulado com o social, a AD considera em sua análise outras dimensões, conforme Maingueneau (1997, p.13-14):

- o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação;
- os embates históricos, sociais, etc. que se cristalizam nos discursos;
- o espaço próprio que cada discurso configura para si no interior de um interdiscurso.

Nesse sentido, a Análise do Discurso considera como parte constitutiva do sentido as condições em que os discursos são produzidos (CPs).

Dadas as transformações pelas quais passou essa noção no escopo da teoria, julgamos pertinente traçar um breve histórico dessas transformações a fim de compreendermos sob quais aspectos ela será utilizada enquanto componente do nosso dispositivo de análise.

Encontramos a primeira referência explícita à noção de *Condições de Produção* no texto denominado *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), escrito por Michel Pêcheux, no qual o autor apresenta as orientações conceituais para uma teoria do discurso. A noção é elaborada a partir de uma reflexão sobre o deslocamento conceptual introduzido por Saussure, o qual implicava o tratamento da língua como sistema e colocava como foco de atenção o estudo do seu funcionamento. Pêcheux, interessado pelas questões ligadas ao sentido, questiona a possibilidade de aplicar os procedimentos da ciência lingüística de feição saussureana para dar conta do conjunto de regras universalmente presentes em todas as escalas do sistema lingüístico, utilizando-se, para isso, instrumentos combinatórios cada vez mais potentes que aqueles utilizados para análise do nível fonológico. Os gerativistas, conforme evidencia o próprio Pêcheux, parecem ter alcançado esse propósito ao constituir uma teoria lingüística da frase, sem sair do sistema da língua. Prosseguindo a discussão, Pêcheux mostrará, entretanto, que a

definição de uma frase como *normal* ou *anômala*<sup>1</sup> não se dá em referência a uma norma universal inscrita na língua, mas em relação ao mecanismo discursivo específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado:

Parece que há aqui uma dificuldade fundamental, presa à natureza do horizonte teórico da Lingüística, mesmo em suas formas atuais: pode-se enunciá-la dizendo que não é certo que o objeto teórico que permite pensar a linguagem seja uno e homogêneo, mas que talvez a conceptualização dos fenômenos que pertencem ao “alto da escala” necessite de um deslocamento da perspectiva teórica, uma “mudança de terreno” que faça intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual. (PÊCHEUX, 1997 a, p. 72-3).

Essa *mudança de terreno* será atingida quando Pêcheux, partindo de um *exame crítico* do conceito saussureano de instituição lingüística, discute o posicionamento de Saussure ao distinguir a língua das demais instituições sociais, as quais eram concebidas como meios adaptados a fins, ao contrário da língua, para a qual não havia meio predestinado por natureza:

As outras instituições – os costumes, as leis etc. – estão todas baseadas, em graus diferentes, na relação natural entre as coisas; nelas há uma acomodação necessária entre os meios empregados e os fins visados. Mesmo a moda, que fixa nosso modo de vestir, não é inteiramente arbitrária: não se pode ir além de certos limites das condições ditadas pelo corpo humano. A língua, ao contrário, não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma idéia qualquer com uma seqüência qualquer de sons. (SAUSSURE, 2004, p.90)

Refutando a tese saussureana, Pêcheux - respaldado em Mauss e Fauconnet<sup>2</sup> - defende a idéia de que as normas dos comportamentos sociais não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o locutor. Assim, mesmo em vista do seu caráter arbitrário, ela está exposta a determinações. Esse deslocamento permitirá a Pêcheux a constatação de que *a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção de discurso a partir da*

---

<sup>1</sup> Segundo os gerativistas, os enunciados que produzimos têm certa estrutura gramatical em conformidade com regras de boa formação (gramaticalidade) que ele construiu em sua mente, pela aplicação da capacidade inata para a aquisição da linguagem aos dados lingüísticos que ele ouviu à sua volta na infância. (Cf. LYONS, 1987).

<sup>2</sup> Segundo esses estudiosos, as instituições se constituíam no conjunto de atos e de idéias instituídas que os indivíduos encontram diante deles e que lhes são mais ou menos impostos.

*língua* (PÊCHEUX, 1997a, p. 79), ou, ainda, *um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção* ( p. 77)

Assim, partindo da proposição geral de que *os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento*, mas com a condição de acrescentar imediatamente que *este funcionamento não é integralmente lingüístico*, e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, Pêcheux propõe o estudo dos processos discursivos a partir de duas ordens de pesquisa:

- o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais).
- o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – suas *condições de produção* – e seu processo de produção. (p.74-75).

Em vista dessa proposta, as condições de produção passam a se constituir como elemento fundamental para a compreensão de um novo objeto que se configura: o discurso.

Partindo do esquema “informacional” (emissor-mensagem-receptor) proposto por Roman Jakobson, com o qual rompe em sua proposta, Pêcheux designa os elementos constitutivos das condições de produção do discurso:

- a) os sujeitos, que, longe de se referirem à presença física de organismos humanos, designam lugares determinados na estrutura de uma formação social.
- b) o referente, tomado como um objeto imaginário, o ponto de vista de um sujeito – tal como designado anteriormente.

Esses lugares, ocupados pelos sujeitos na estrutura social, são representados nos processos discursivos por uma série de formações imaginárias, visto que o sujeito não tem acesso às reais condições de produção do discurso. Essas formações imaginárias foram apresentadas por Pêcheux (1997a) a partir do quadro que reproduziremos abaixo:

| Expressão<br>que designa as formações<br>imaginárias | Significação<br>da expressão                            | Questão implícita<br>cuja “resposta”<br>subentende<br>a formação imaginária<br>correspondente |
|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| IA(A)                                                | Imagem do lugar de<br>A para o sujeito<br>colocado em A | “Quem sou eu para<br>lhe falar assim?”                                                        |
| IA(B)                                                | Imagem do lugar de<br>B para o sujeito<br>colocado em A | “Quem é ele para<br>que eu lhe<br>fale assim?”                                                |
| IB(B)                                                | Imagem do lugar B<br>para o sujeito<br>colocado em B    | “Quem sou eu para<br>que ele me fale assim?”                                                  |
| IB(A)                                                | Imagem do lugar de<br>A para o sujeito<br>colocado em B | “Quem é ele para<br>que me fale assim?”                                                       |
| IA(R)                                                | “Ponto de vista” de A<br>sobre R                        | “De que lhe falo assim?”                                                                      |
| IB(R)                                                | “Ponto de vista” de B<br>sobre R                        | “De que ele me fala assim?”                                                                   |

Esses lugares designam, assim, a imagem que os interlocutores fazem de si, do outro e do referente e implicam *relações de forças* entre os interlocutores e *relações de sentidos* entre os discursos. Isto porque, o sujeito, ao enunciar-se, faz-se porta-voz do grupo ao qual se encontra *filiado ideologicamente*<sup>3</sup>:

Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa em relação ao que diz. (PÊCHEUX: 1997 a, p.77)

---

<sup>3</sup> Importante esclarecer que o processo de filiação a uma dada formação ideológica não é um processo consciente, sobre o qual o sujeito tem controle, possibilidade de escolha. Ele se dá a partir da sua interpelação em sujeito, tal como apresentado no projeto althusseriano.

E seu discurso *remete a um outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele orchestra os termos principais ou anula os argumentos*. Ou ainda, em outros termos:

O discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1997 a, p. 77)

O reconhecimento dessas relações de sentido permite ao enunciador experimentar, antever, de certa maneira, o lugar do interlocutor a partir de seu próprio lugar de enunciador e montar estratégias de ação. Cabe, aqui, destacar mais uma vez o fato de que tais antecipações são constitutivas de qualquer discurso e definidas pelos modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte; e que os sujeitos devem ser concebidos como *posições historicamente constituídas em sociedades cujas funções se circunscrevem a certas regras e às quais se chega através de um conjunto de procedimentos*. (POSSENTI, 2004, p. 368).

A partir dessa noção de condições de produção, Pêcheux se dedicará, na primeira fase da AD, à análise de discursos mais estabilizados, cujas condições de produção se mostravam mais estáveis e homogêneas: *corpus* tipologicamente mais marcados – sobretudo discursos políticos de esquerda – e textos impressos. Em fases subseqüentes são realizadas revisões em torno dessa noção, considerada por Courtine (1981) uma *noção de conteúdo heterogêneo e instável*. Em vista disso, a idéia de estabilidade e homogeneidade das CPs é posta em xeque, graças à introdução das noções de Formação Discursiva e de Interdiscurso. Dada a importância dessas noções na reconfiguração do campo e em vista da sua utilização como componente do nosso dispositivo analítico passaremos a discorrer a respeito daquelas a partir desse ponto.

A noção de formação discursiva – emprestada de Michel Foucault e reformulada em Pêcheux, à luz do materialismo histórico - foi responsável por certas reformulações no âmbito da AD. Conforme explicitamos em parágrafo precedente, ela será responsável pela desconstrução da idéia de homogeneidade atribuída às condições de produção. Seus

efeitos também serão observados na reconfiguração das concepções de discurso e de *corpus*. Para melhor compreendermos em que medida se deram essas reconfigurações, reportamo-nos a Sargentini (2005, p.2):

Michel Pêcheux (1990) e Regine Robin (1977) em contato com o conceito de Formação Discursiva, proposto por Michel Foucault na Arqueologia do Saber, reconfiguram-no à luz do materialismo histórico e produzem, nos estudos do discurso, uma mudança substancial em relação à concepção de discurso e de *corpus*. O discurso não pode mais ser visto fora das condições históricas de produção (“O laço que liga as significações de um texto às suas condições sociohistóricas, não é secundário, mas constitutivo das próprias significações” – Pêcheux, 1990: 1412) e os *corpora* devem, então, ser analisados considerando que se inscrevem no interior de determinadas condições de produção, definidas em relação à história das formações sociais. Não se trata mais de pensar um exterior discursivo, mas tende-se a pensar o espaço discursivo e ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, e subordinação e de contradição, abrindo, assim, o caminho para a proposição do conceito de interdiscurso e a falência da homogeneidade do *corpus*.

Em termos metodológicos, a inserção desse conceito provocará o seguinte deslocamento:

A noção de *corpus* aproxima o conceito teórico de formação discursiva da parte prática a ser desenvolvida na análise. As bases ideológicas e historiográficas que antes encerravam as entidades discursivas em blocos homogêneos como o discurso da burguesia, o discurso dos comunistas, etc., e que consideravam os discursos como definidos a priori, neutralizando o exterior discursivo, não resistem às novas reflexões que aproximam a noção de formação discursiva [...] à noção de acontecimento. (SARGENTINI, 2005, p.2)

Conforme pudemos observar, num primeiro momento, temos uma noção que remete à homogeneidade da FD e unicidade da forma-sujeito, conforme atesta o próprio Pêcheux (2006, p. 56):

A noção de formação discursiva emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição.

As reflexões acerca da categoria da contradição vão demonstrar que a FD não é dotada de homogeneidade, mas uma unidade dividida já que constitutivamente freqüentada por

seu outro. Essa constatação produzirá ecos nas discussões de Courtine (1981) acerca da FD e do interdiscurso, tomado como :

O lugar no qual constituem para um sujeito falante que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciator se apropria para fazer deles objetos do seu discurso, bem como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciator vai dar uma coerência a seu propósito, naquilo que chamaremos, seguindo Pêcheux (75), o intradiscurso da seqüência discursiva que ele enuncia.

Essas reflexões serão responsáveis por novas definições do campo, haja vista que é a partir do interdiscurso que se dará a determinação das condições de produção de uma seqüência discursiva. Nesse sentido, dirá Pêcheux (1981, p.199), *o exterior de um discurso passa a ser pensado não mais como um além de uma fronteira, mas como um aqui, sem fronteiras assinaláveis*. Devemos, ainda, com isso, entender que é no interdiscurso de uma FD que se constitui o domínio de saber<sup>4</sup> próprio a uma FD, o qual realiza o seu fechamento de forma instável, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos de saber) em relação ao seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD) (Cf. COURTINE, 1981).

Essas são, portanto, noções fundamentais para a nossa análise por permitirem situar sócio-historicamente os sujeitos discursivos, observando a sua fragmentação em posições sociais. Possibilitarão, ainda, que se verifique que os efeitos de sentidos produzidos a partir de certos dizeres estão intimamente relacionados com um dado momento histórico, o qual determina o que pode e deve ser dito, revelando os poderes e perigos de sua enunciação. Para Fernandes (2004), discorrer sobre o conceito de formação discursiva implica refletir sobre as condições de possibilidades dos discursos, considerando as contradições sociais que lhes são constitutivas. Além disso, a utilização desse conceito como instrumento de análise trará *a possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em*

---

<sup>4</sup> Segundo Courtine (1981) o domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações bem como princípio de exclusão para outras.

*lugar e em uma época específica.* (FERNANDES, 2005, p. 60). E nos permitirá o estabelecimento de regularidades no funcionamento do discurso.

As considerações acerca dessas noções permitiram, no interior do campo, o rompimento com a concepção psicossocial das CP de discursos como circunstâncias de um ato de comunicação e promoveram transformações na concepção do sujeito em AD, um dos elementos constitutivos das CP e sobre o qual discutiremos mais adiante.

Em vista disso, as *condições de produção* serão consideradas, neste estudo, como *aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam a produção do discurso* (idem p. 29), e compreenderão, pois, a situação em seu sentido amplo - como o contexto sócio-histórico-ideológico - além do sujeito, noção que será agora desenvolvida.

Ao abordarmos o discurso, relacionando-o às suas condições de produção, inserimos como temática pertinente os sujeitos envolvidos nos processos interlocutivos. Esse sujeito, como já afirmamos, longe de se referir à presença física de organismos humanos, designa lugares determinados na estrutura de uma formação social. Nesse sentido, no âmbito da AD,

importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes.(idem, p.13).

Isso implica dizer que os sujeitos funcionam a partir de uma relação imaginária com suas reais condições de existência e não têm controle total do seu dizer e do seu fazer. É, pois, um sujeito que se constitui no processo de interpelação e funciona pelo inconsciente. O sentido do seu dizer é dependente da sua inscrição ideológica, do lugar histórico-social de onde enuncia.

Para o que nos propomos a realizar, ao tratar do sujeito, em nossa análise, o faremos em referência a uma *forma sujeito* - constituída pelo *conjunto das diferentes posições de um sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber* - e a uma *posição sujeito*, concebida como uma relação determinada que se estabelece numa formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma FD dada. Essa relação é uma relação de identificação, cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. (COURTINE, 1981).

A forma sujeito com a qual trabalharemos mais diretamente será o Autor, modalizado entre as diversas posições enunciativas identificadas no fio discursivo. Essas posições enunciativas, por sua vez, serão analisadas em sua complexa relação com o outro e com o Outro.

Essas modalidades de subjetivação são muito importantes para nós uma vez que permitirão analisar o processo de fragmentação dos sujeitos nos poemas em análise, além de contribuir na explicitação de como a obra literária pode se constituir num instrumento de luta ideológica pelas vias do autor, forma-sujeito sobre a qual estaremos nos detendo com mais relevo nos capítulos seguintes.



*Nada repreende melhor a maior parte dos  
homens do que a pintura de seus defeitos. É um  
belo golpe para os vícios expô-los ao riso de  
toda gente. Suportam-se facilmente as  
repreensões; mas não se suporta de modo  
nenhum a troça.*

Moliere

## CAPÍTULO 2

### O RISO ENQUANTO PRÁTICA IDEOLÓGICA

Da Antiguidade aos estudiosos da pós-modernidade, inúmeros foram aqueles que se dedicaram ao estudo do riso, o qual, segundo Aristóteles, constitui-se numa marca distintivamente humana. Para muitos, entretanto, mais interessante que teorizar sobre o riso é simplesmente rir. Rir do caso e do acaso, do alheio, de si mesmo. Apesar de não ser esta uma tarefa que *caia nas graças* de um grande número de pessoas, correremos o risco de tentar teorizar sobre o riso por considerá-lo como *um caso muito sério para ser deixado para os cômicos* (Minois, 2003, p.15). E, ainda, conforme já explicitamos na introdução, por acreditarmos na possibilidade de apresentar um outro ângulo possível de análise: o riso será considerado a partir da exterioridade que permite o seu acontecimento, sob a forma discursivizada da sátira. Circunscritos no campo da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, pretendemos discutir o riso como prática ideológica. Antes, porém, efetuaremos uma breve resenha de trabalhos cujos autores se dedicaram a essa temática a fim de melhor podermos situar nossa proposta.

#### 2.1. OUTROS OLHARES SOBRE O RISO

Alternadamente agressivo, sarcástico, escarnecedor, amigável, sardônico, angélico, tomando as formas da ironia, do humor, do burlesco, do grotesco, ele é multiforme, ambivalente, ambíguo. Pode expressar tanto a alegria pura quanto o triunfo maldoso, o orgulho ou a simpatia. (MINOIS, 2003, p. 15-16)

Assim é o riso, na descrição apresentada por *Georges Minois* na introdução da sua obra *História do Riso e do Escárnio*. Ainda nessa introdução, Minois já nos dá uma dimensão do tratamento que o tema vem recebendo no decurso da História: *estudado com lupa há séculos, por todas as disciplinas, o riso esconde seu mistério* (2003, p.15). Na obra supracitada, Minois propõe-se a traçar uma história da prática e da teoria do riso. Defendendo a idéia de que a exaltação ao riso ou a sua condenação revela as

mentalidades de uma época, de um grupo e sugere sua visão global do mundo, e que o riso faz parte das respostas fundamentais do homem confrontado com sua existência, o autor busca reencontrar as maneiras como ele faz uso dessa resposta ao longo da História, a fim de avaliar a força social, política e cultural do riso, o qual, segundo sua percepção, tanto pode ser um elemento subversivo, quanto um elemento conservador.

Seguindo a linha dos historiadores do riso, *Verena Albertini* traça, em *O riso e o risível*, um percurso das teorias do riso da antiguidade até os dias atuais. Nesta obra, a autora nos mostra de que forma o riso e aquilo que faz rir foram caracterizados por grandes pensadores a exemplo de Platão, Aristóteles, Kant, Schopenhauer, Spencer, Darwin, Bergson, Freud.

Em busca da explicitação dos mecanismos que interferem na produção do humor, vamos encontrar os estudos de *Bérgson* (2001) sobre a significação do cômico, os estudos de *Freud* (1996) sobre os chistes, os estudos de *Raskin* (1985) sobre os mecanismos semânticos do humor, os estudos de *Possenti* (1998) sobre os fatores lingüísticos geradores de humor, entre outros.

Convém um destaque para o estudo sobre o cômico, desenvolvido por *Mikhail Bakhtin* em seu célebre livro *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Conforme *Arêas* (1990, p. 27-28):

o propósito de Bakhtin seria não teorizar sobre o cômico, mas evidenciar o sentido de um determinado uso histórico do cômico, a partir de classes subalternas. [...] Após a investigação de vários documentos (formas rituais, espetáculos públicos, óperas cômicas de várias naturezas e diversas formas de vocabulário familiar e licencioso), concluiu o crítico que a cultura dominante da Idade Média baseava-se em modelos unilaterais, fixados na verdade imóvel e absoluta do Cristianismo. A Cultura Popular, ao contrário, exprimia, num estado quase espontâneo, “uma visão de mundo” integralmente alternativa, expressa na festa carnavalesca, momento em que há um revólver efetivo (não puramente ideológico) dos valores da cultura dominante. Ao riso carnavalesco, já quase desaparecido na época moderna, segundo ele, opõe-se o cômico burguês, revoltado e amargo, melancólico, traçando quadros de costumes.

Não se pode deixar de recorrer à Antiguidade e trazer de lá uma das grandes, senão a maior, referência aos estudos sobre os gêneros ligados ao riso: trata-se do grande filósofo Aristóteles, cujo estudo sobre o gênero cômico é ainda hoje motivo de grande curiosidade, até mesmo pelas causas – ainda hoje desconhecidas – do desaparecimento do capítulo de sua obra Poética, que tratava do cômico. Apesar do desconhecimento do conteúdo da parte dedicada à comédia, as referências que encontramos nas traduções da obra, dão conta de um gênero considerado menor que a tragédia:

Surgidas a tragédia e a comédia, os autores, segundo a inclinação natural, pendiam para esta ou aquela; uns tornaram-se, em lugar de jâmbicos, comediógrafos; outros, em lugar de épicos, trágicos, por serem estes gêneros superiores àqueles e mais estimados. (ARISTÓTELES, 1997, p. 23).

E ainda:

As transformações por que passou a tragédia, bem como os seus autores, são conhecidos; os da comédia, porém, são desconhecidos por não ter ela gozado de estima desde o começo. (Ibid., p. 24)

Considerando-se com Rosas (2002, p.16) que a linguagem do humor constitui um campo de estudo que implica necessariamente a multidisciplinaridade, não estranhamos o fato de a temática ser objeto de estudo também na área da saúde: o *stress* coletivo que toma conta da população nas últimas décadas tem obrigado o homem a buscar formas alternativas de garantir a sua sobrevivência nesta imensa selva de pedras na qual se transformou a vida em sociedade. Essa é possivelmente a razão pela qual vemos crescer a cada dia uma tendência que aponta os benefícios do riso para a saúde e o bem-estar das pessoas. Muitos estudos encaminham-se no sentido de mostrar os efeitos do riso no organismo humano: *riso e humor diminuem estresse e ansiedade, reforça a imunidade, relaxa a tensão muscular e diminui a dor*. (CARDOSO, 2001). Vale ressaltar que não se trata de uma tendência da modernidade. Vemos em Bakhtin (1987), uma referência a uma obra datada de 1560, a qual já exaltava os efeitos benéficos do riso para a saúde humana:

A doutrina da virtude curativa do riso e a filosofia do riso do Romance de Hipócratas eram especialmente estimadas e difundidas na Faculdade de Medicina de Montpellier onde Rabelais fez seus estudos, primeiro, e depois ensinou. O célebre médico Laurens Joubert, membro dessa faculdade, publico em 1560 um tratado sobre o riso, com o título significativo de Tratado do riso, contendo sua essência, suas causas e seus maravilhosos efeitos, curiosamente investigados, discutidos e observados pó M. Laur. Joubert... (p. 58).

Estudiosos da área de comunicação têm, também, concentrado esforços nos estudos do humor aplicado às técnicas publicitárias e promocionais.

Muitos são os nomes que deveriam ainda constar nessa breve exploração dos estudos sobre o riso, em suas diversas manifestações. O fato de não se encontrarem aqui não indicam menor relevância no trato do tema, mas a impossibilidade de um mapeamento mais amplo no momento dessa escrita. Deixamos, assim, ainda, como referência as obras de Marta Rosas (2002) que discute a tradução de humor, e de Lins (2002) que trata do humor nas tiras de quadrinhos. Outras referências poderão ainda ser encontradas na introdução à obra de Minois (2003) já citada aqui por nós. Aí encontramos informações acerca da Revista *Humoresques*, publicação da associação francesa Corhum, que desenvolve pesquisas sobre o cômico, o riso e o humor; bem como do *Humor: International Journal of Humor Research*, jornal interdisciplinar publicado nos Estados Unidos, dentre outros.

Conforme pudemos observar, os estudos acima mencionados utilizam-se de abordagens que ora privilegiam aspectos históricos, filosóficos, políticos, sociológicos, psicológicos do riso e suas manifestações; ora focalizam os aspectos lingüísticos. Há ainda aquelas abordagens em que o lingüístico é analisado em correlação com o social, com o político, etc. Como então se configuraria uma abordagem que se pretende *outra* em relação às apresentadas? Qual a sua especificidade? É o que procuraremos explicitar nos itens seguintes.

Para iniciarmos, uma constatação preliminar: o caráter ideológico não é uma especialidade do riso; toda prática do sujeito é uma prática ideológica, pois todo sujeito se constitui na/pela ideologia. Ou, conforme Althusser (1985, p. 93):

- a) *Só há prática através de e sob uma ideologia.*
- b) *Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.*

A compreensão das duas teses acima enunciadas passa necessariamente por uma definição do que aqui estamos entendendo por ideologia. Isso exige a abertura de um breve parêntese para esclarecimentos acerca desse termo.

O termo ideologia aparece pela primeira vez na França, após a revolução francesa, no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Idéologie*. Juntamente com Cabanis, De Gerando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, como o meio ambiente (CHAUÍ, 2004, p.25). Identificada como um subcapítulo da zoologia, a ideologia, segundo de Tracy, consistia no estudo científico das idéias e as idéias constituíam-se no resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. (LÖWY, 2003, p. 11).

O termo vulgariza-se a partir de uma declaração de Napoleão Bonaparte num discurso ao Conselho de Estado em 1812: *Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história* (CHAUÍ, 2004, p.27). E é essa declaração de Bonaparte que iluminará o pensamento do filósofo Karl Marx, o qual, em sua obra *A ideologia Alemã*, apresenta o conceito de

ideologia como *equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como falso motor da vida real* (LÖWY, 2003, p. 12). Segundo Marx (apud Robim, 1997, p.112), é por meio da ideologia que os homens tomam consciência de seus problemas, de suas lutas e as levam a termo. Ela funciona em discursos, em práticas, numa materialidade que lhe é própria, a linguagem articulada, gestual, os rituais etc.

Esse conceito será mais tarde ampliado por Marx, ao apresentar as formas ideológicas por meio das quais os indivíduos tomam consciência da vida real: a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas.

A partir de uma releitura da obra de Marx, Althusser, em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (1985), conceituará a ideologia como uma “*representação*” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Distingue, na referida obra, uma *teoria das ideologias particulares* - que expressam, sempre, posições de classe – de uma *teoria da ideologia em geral* – que permitiria evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum a todas as ideologias particulares ( p.82). Althusser chama atenção para o fato de que a ideologia tem uma existência material: *Já esboçamos esta tese ao dizer que as “idéias” ou “representações” etc., que em conjunto compõem a ideologia, não tinham uma existência ideal, espiritual, mas material* (p.88). Neste sentido, *uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material* (p.89).

No que diz respeito ao nosso interesse de pesquisa, o termo ideologia será aqui utilizado tal como foi concebido por Althusser. Desse conceito interessa-nos particularmente a referência à forma material da ideologia. É essa concepção de uma existência material

da ideologia nos rituais e práticas que nos permitem pensar o riso como prática ideológica.

Explicitado o conceito de ideologia com o qual trabalharemos, passaremos agora à análise das duas teses althusserianas. Ao afirmar que: *só há prática através de e sob uma ideologia e só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito*, Althusser toca numa questão central para a Análise do Discurso: a constituição do sujeito.

Conforme pudemos destacar no capítulo anterior, o sujeito, na perspectiva da AD, funciona a partir de uma relação imaginária com suas reais condições de existência e não tem controle do seu dizer e do seu fazer. Ao *assumir* determinada forma sujeito, *os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem* (PÊCHEUX, 1997b, p.157) e também do que riem. Como as demais práticas do sujeito, também o seu riso é governado pelas formações ideológicas que o constituem sujeito. Isso se torna claro se pensarmos que não rimos de tudo, nem de todos. Não rimos das mesmas coisas em todas as épocas. Os temas risíveis em certo período, em certa cultura, não o serão em outro/outra. O seu riso é, assim como os seus dizeres, um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social: o sujeito ri a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo.

Para melhor ilustrar essa discussão, traremos uma breve análise realizada por Mussalim (2003), a respeito de uma tira de Angeli, na qual se encontra o seguinte diálogo entre dois personagens:

- *Vinte anos atrás eu vivia na base de sexo, drogas e rock'n'roll!*
- *Eu também!!!*
- *Passava noite e dia viajando de ácido, escutando Jéferson Airplane...*
- *Eu também!!!*
- *... e fazendo sexo com a Bete Speed, minha noiva!*

- *Eu também!!*

Na análise, Mussalim destaca a ambigüidade produzida pela última frase: há vinte anos o personagem Stock (correspondente à fala nº 2) vivia fazendo sexo com a própria noiva, ou então, há vinte anos atrás ele vivia fazendo sexo com a noiva de Wood, seu amigo (correspondente à fala nº 1). E, lançando mão da questão *por que lemos essa tira como um discurso de humor*, explicará que as condições de produção do discurso serão responsáveis pelo humor:

Produzido para circular em uma sociedade em que fazer sexo com a noiva de outro seria um comportamento bastante fora dos padrões morais apresentados como adequados a seus membros, a possibilidade de Stock ter feito sexo com a noiva de seu amigo gera riso, pois coloca Wood em situação bastante constrangedora. No entanto, este mesmo discurso produzido no interior da comunidade de esquimós, por exemplo, não geraria riso, pois, segundo os costumes dessa comunidade, quando um esquimó recebe um visitante em sua casa, ele oferece sua mulher a ele como sinal de hospitalidade. Nesse contexto, portanto, o discurso apresentado nesta tira não seria de humor, seria apenas uma conversa corriqueira entre dois amigos que relembram fatos passados. (MUSSALIM, 2003, p.111-112)

A análise da tira, acima exposta, reforça a nossa tese de que o riso é governado pelas formações ideológicas que constituem o sujeito. Daí os esquimós tomarem como trivial um fato que, em outras condições sócio-histórico-ideológicas, seria motivo de riso. Vale ainda observar que, mesmo nas circunstâncias em que o fato é motivo de riso, ele o será para uns, mas não para outros, haja vista que o momento histórico lembrado pelos personagens trazia a possibilidade de ambos realmente terem feito sexo com a mesma noiva: o estilo hippie defendia *o amor livre, quer no sentido de amar o próximo, quer no de praticar uma atividade sexual bastante libertária. Podia-se partilhar tudo, desde a comida aos companheiros.*<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.geocities.com/vilardemouros1971/hippies.htm>. Acesso em 11/04/2007.

É nesse sentido que podemos conceber o riso como prática ideológica. Longe de ser um ato desinteressado, o riso está sempre relacionado a posições-sujeito. Ele se manifesta como forma de legitimação, conservação e/ou transformação de uma dada representação do real. Sua manifestação ocorre como uma força capaz de intervir no avanço de forças opostas ou de transformar, reconfigurar estereótipos, representações.

A reflexão que desenvolvemos até aqui teve a pretensão de destacar a natureza constitutivamente ideológica do riso, questão que será melhor desenvolvida nos capítulos que seguem, quando o analisaremos em uma de suas formas discursivizadas.

*Já que somos obrigados a renunciar a expressão da hostilidade pela ação – refreada pela desapaixonada terceira pessoa em cujo interesse deve-se preservar a segurança pessoal - desenvolvemos, como no caso da agressividade sexual, uma nova técnica de invectiva que objetiva o aliciamento dessa terceira pessoa contra nosso inimigo. Tornando nosso inimigo pequeno, inferior, desprezível ou cômico, conseguimos, por linhas transversas o prazer de vencê-lo – fato que a terceira pessoa, que não dispendeu nenhum esforço, testemunha por seu riso.*

Sigmund Freud

## **CAPÍTULO 3**

### **DE MONUMENTO A DOCUMENTO/MONUMENTO:**

Considerações sobre o literário como instrumento de luta ideológica

Discutimos, no capítulo anterior, em quais bases se assentariam uma proposta de abordagem do riso enquanto prática ideológica. Dadas as suas diversas possibilidades de manifestação, neste estudo ele será analisado em sua forma material: a sátira. Acreditamos que os sujeitos utilizam-se desse instrumento na conquista de espaços de poder ou na manutenção desses espaços. Em vista da natureza dessa materialidade, algumas reflexões preliminares se impõem.

### **3.1. LITERATURA E ANÁLISE DO DISCURSO**

A Análise do Discurso de linha francesa, em sua gênese, elegeu como objeto os discursos políticos. No decurso da história do campo, as constantes movências na teoria e no dispositivo analítico possibilitaram a abertura a novos objetos de análise: do verbal ao não-verbal, passando pelos temas sociais, por diferentes tipos de discurso ou abordando questões estritamente teóricas, muitas são as materialidades que têm despertado interesse dos analistas do discurso. Se podemos dizer que as modificações no campo facultaram a abertura a novos objetos, é lícito destacar que, num movimento dialético, essa abertura também promoveu e ainda promove deslocamentos na AD, graças às especificidades de cada objeto, às questões propostas pelo analista, seus objetivos, etc. que exigem, ainda, a recorrência a outros ramos do saber. Nesse sentido, a inclusão de novos objetos, sobremaneira, obriga o analista a um diálogo com outros campos, que não apenas os já constitutivos da AD. Essa é uma questão que nos interessa haja vista a natureza do objeto com o qual estamos trabalhando e a perspectiva a partir da qual pretendemos examiná-lo. Segundo Courtine (1981), o discurso mais próprio para uma leitura em termos de ideologia é o discurso político. Em vista disso, julgamos necessário especificar sob quais aspectos o literário pode ser tomado como instrumento

de luta ideológica. Encontramos uma possibilidade de resposta a essa questão no tratamento do literário como documento/monumento. Isso nos possibilitará recorrer à exterioridade que lhe é constitutiva. Permitirá, ainda, examinarmos *a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente* (FOUCAULT, 1992, p. 267).

Para avançarmos em nossa discussão tentaremos, inicialmente, destituir o caráter de *monumento* (na perspectiva da História tradicional) atribuído ao literário por determinadas correntes da crítica para, em seguida, reconstituí-lo como *documento/monumento* na perspectiva da História Nova.

### 3.2. O LITERÁRIO: DE MONUMENTO A DOCUMENTO/MONUMENTO

Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 535), um dos mais destacados historiadores da Escola dos *Annales*, os materiais da memória podem se apresentar sob duas formas principais: a dos *monumentos*, que ele considera como uma herança do passado, e a dos *documentos*, que são escolhidos e selecionados pelo historiador em seu trabalho. Para esse historiador, o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntário ou involuntário, no imaginário das sociedades históricas.

De acordo com a enciclopédia livre Wikipédia, trata-se o monumento de

uma estrutura construída por motivos simbólicos e/ou comemorativos, mais do que para uma utilização de ordem funcional. Os monumentos são geralmente construídos com o duplo [objectivo](#) de comemorar um acontecimento importante, ou homenagear uma [figura](#) ilustre, e, simultaneamente, criar um objecto [artístico](#) que melhorará o [aspecto](#) de uma [cidade](#) ou local. (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento>). Acesso em 04/04/2007.

Para a História Tradicional, o monumento (seja de que espécie fosse) era uma espécie de depósito de uma verdade consentida. Essa era a verdade de um grupo. Era um ponto de vista de um grupo tomado/dado como verdadeiro.

Essa perspectiva da História Tradicional acerca dos monumentos é para nós relevante pois remete ao tratamento que vem sendo dado ao objeto literário (no caso específico deste estudo, à sátira): a teoria literária o constituiu num espaço intocado, o qual contribuiu para a monumentalização dos seus dizeres, para a sua sacralização. A inscrição no campo da estética transformou esse importante veículo de representações num espaço de *exercício do símbolo* (BARTHES, 1988), em *linguagem estereotipada de lugares comuns retórico-poéticos anônimos e coletivizados como elementos do todo social objetivo repartido em gêneros e subestilos* (HANSEN, 2004). A idéia de monumentalização advém, portanto, da idéia de algo dado e conformado. A própria definição do que é literário e do que não é contribui nesse processo de monumentalização. Verdade inquestionável – pelo menos dentro de certo período –, apenas circulam com o título de literária aquelas obras que assim foram canonicamente reconhecidas. Diríamos, ainda, que o fato de o texto literário não se submeter à prova de verdade aponta para uma monumentalização dos seus dizeres. Essa perspectiva tem, neste estudo, seus fundamentos questionados e é em vista disso que daqui por diante o literário será considerado sob o prisma do documento/monumento. E o que isso significa? Para avançarmos, necessário será retroceder.

Segundo Foucault (2000, p.8), a história tradicional se dispunha a *memorizar* os *monumentos* do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem. Os documentos, no paradigma tradicional, distinguem-se dos monumentos por apresentarem uma objetividade que se opunha à intencionalidade do monumento. Essa perspectiva foi questionada pelos novos historiadores: a intervenção do historiador na seleção dos documentos, na aferição do seu valor de testemunho põe em xeque a neutralidade atribuída ao documento, produz sentidos, monumentaliza o documento.

Constata-se, daí, que o documento não é inócuo, mas *um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder* (LE GOFF, 1990, p.545). O documento-monumento deve, portanto, ser estudado como instrumento de poder. Sendo uma montagem, cabe ao historiador desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de sua produção (p.548). Não cumpre mais interpretá-lo, nem determinar o seu valor de verdade, nem seu valor expressivo; mas trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: organizá-lo, recortá-lo, distribuí-lo, ordená-lo e reparti-lo em níveis, estabelecendo séries, distinguindo o que é pertinente do que não é, identificando elementos, definindo unidades, descrevendo relações. (Foucault, 2000, p.7).

É dessa perspectiva que pretendemos focalizar o objeto literário: tratá-lo como documento/monumento aponta para uma opção metodológica que nos permite recorrer à história para a explicitação de posições ideológicas manifestas nas obras. Significa considerá-lo como o resultado de uma *montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio* (LE GOFF, 1992, p. 547). É uma produção histórica, fruto de um trabalho social e, portanto, veículo de comportamentos e representações. A idéia de tomá-lo como documento/monumento provém, ainda, da possibilidade de destituí-lo desse lugar em que se dissociam realidade e ficção

buscando nas condições de sua produção histórica, a sua intencionalidade inconsciente, o discurso subterrâneo que lhe está subjacente, as redes discursivas que demonstram o fato de que ele resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (GREGOLIN, 2004, p. 168). ´

Nesse sentido, não nos interessa analisar o grau de literariedade presente em cada obra, mas questionar posições que vêm consagrando-a como relíquia, raridade e que impedem que se avalie a sua relação com a Ideologia, com ideologias.

Esclarecida a perspectiva que estamos adotando, propomo-nos a verificar sob quais aspectos o literário pode ser tomado como instrumento de luta ideológica. Isso será realizado pelas vias do Autor, conforme passamos a apresentar.

### **3.3. LITERATURA E EXTERIORIDADE**

Vimos na primeira parte dessa discussão que a forma como o literário vem sendo tratado por determinadas correntes da crítica tem promovido uma monumentalização dos dizeres que ele veicula, promovendo um apagamento do seu caráter ideológico. Desse modo, haja vista o caráter ficcional que lhe dá livre acesso ao dizer, não se cobra ao autor a responsabilidade pelo dito. Contudo, ao relacionarmos, a noção de autoria (FOUCAULT, 1992) às noções de inconsciente e ideologia (PÊCHEUX, 1997b) percebemos que aquilo que no literário se toma por ficção tem relação direta com a realidade recriada simbolicamente pelos sujeitos em determinados momentos históricos, a partir de posições assumidas na topografia social. Traduz as formas como o Real<sup>6</sup> foi recortado no sujeito. Assim, ao recorremos ao tratamento do literário como documento-monumento, visualizamos a possibilidade de resgatar essa exterioridade que lhe é constitutiva, tomando o autor como um elo entre a obra e a exterioridade. Há que se destacar, contudo, que, se por um lado, o enveredar por essa via pode nos trazer a chave para a solução do nosso enigma, por outro deixa em aberto uma questão problemática para quem trabalha com o discurso literário. Como destacamos no primeiro capítulo, toda abordagem discursiva pressupõe uma recorrência às condições de produção dos discursos. No caso do objeto literário, haja vista as objeções impostas por determinadas

---

<sup>6</sup> O registro psíquico do real não deve ser confundido com a noção corrente de realidade. Para Lacan, o real é aquilo que sobra como resto do imaginário e que o simbólico é incapaz de capturar. O real é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado e que permanece impenetrável ao sujeito do desejo para quem a realidade tem uma natureza fantasmática. Diante do real, o imaginário tergiversa e o simbólico tropeça. Real é aquilo que falta na ordem simbólica, os restos que não podem ser eliminados em toda articulação do significante, aquilo que só pode ser aproximado, jamais capturado. Cf. Braga ( 1999).

correntes da crítica literária, uma articulação entre a obra e a exterioridade que a constitui necessita de ser especificada. Neste caso, a questão que se nos impõe é: como poderemos recorrer ao autor para resgatar a exterioridade constitutiva da obra? É isso que estaremos discutindo a partir desse ponto.

Em sua obra *O Rumor da Língua*, Roland Barthes questiona sobre quem fala na obra literária, afirmando, logo em seguida, que *jamaiz será possível saber, pela simples razão de que a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem*. Essa afirmação de Barthes vai de encontro com o que defendia, em algumas décadas antes, Wellek & Warren ( s/d ):

A mais óbvia causa determinante de uma obra é o seu criador, o autor; daí que a explanação da literatura em função da personalidade e da vida do escritor tenha sido uma dos mais antigos e mais radicados métodos de estudo literário.

Chartier ( 1998), em *A ordem dos livros*, apresenta-nos as diversas formas através das quais a crítica literária quis reinscrever as obras em sua própria história:

- a) Com a estética da recepção visou-se caracterizar a relação de diálogo instituída entre uma obra singular e o “horizonte de expectativa” de seus leitores.
- b) Com o *new historicism* buscou-se situar a obra literária em sua relação com os textos “comuns”.
- c) Com a sociologia da produção cultural, a análise é deslocada das leis de funcionamento e hierarquias de um determinado campo para as relações estruturais que situam, umas em relação às outras, as diferentes posições definidas no mesmo campo, e para as estratégias individuais ou coletivas que essas posições orientam, a respeito da tradução nas próprias obras das condições sociais de sua produção.
- d) Com a *bibliography* ou sociologia dos textos, a atenção volta-se para para a maneira pela qual as formas físicas – por meio das quais os textos são

transmitidos aos seus leitores ( ou ouvintes) – afetam o processo de construção do sentido. (p. 34-35)

No que diz respeito a essas correntes da crítica literária, Chartier chama atenção para o fato de que *apesar de suas grandes diferenças e até mesmo de suas divergências, todas essas abordagens têm como ponto comum rearticular o texto ao seu autor, a obra às vontades ou às posições de seu produtor* (p.35). E destaca que tal rearticulação não implica numa restauração da figura romântica, magnífica e solitária do autor soberano:

O autor, tal como ele faz sua reaparição na história e na teoria literária, é, ao mesmo tempo, dependente e deprimido. Dependente: ele não é mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiros, editores ou operários da impressão), nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, deleimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita. (p. 35-36)

Conforme pudemos observar nos posicionamentos apresentados acima, a relação autor-obra ora é aceita pela crítica, ora rejeitada. Como recorrer, então, a essa categoria, sem que isso signifique um retrocesso, um retorno ao mesmo? Dissemos mais acima que isso seria possível pela intersecção das noções de autoria (FOUCAULT, 1992) às noções de inconsciente e ideologia (PÊCHEUX, 1997b). E é essa articulação que nos propomos a explicar.

Para iniciar, julgamos pertinente discutir uma possibilidade de intersecção entre as categorias inconsciente e ideologia.

### **3.4. INCONSCIENTE E IDEOLOGIA: EM BUSCA DE UM PONTO DE INTERSECÇÃO**

Em sua obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Michel Pêcheux expõe uma dificuldade referente à relação entre inconsciente e ideologia – conceitos oriundos da psicanálise e do materialismo histórico-dialético, respectivamente:

Essas duas categorias, como se sabe, não se encontram aqui por acaso. Sabe-se, também, que sobre esse ponto e a despeito de importantes pesquisas recentes, o essencial do *trabalho teórico* ainda permanece por fazer. [...] De fato, não podemos mascarar por meio de fórmulas a ausência, cujo peso é grande, de uma articulação conceptual elaborada entre ideologia e inconsciente. (PÊCHEUX, 1997b:152)

Na referida obra, Pêcheux aponta para algumas possibilidades de intersecção entre as duas categorias. São essas *pistas* que tentaremos percorrer a fim de compreender como foi possível a Michel Pêcheux inseri-las em seu projeto de constituição de uma teoria não-subjetivista da subjetividade. Segundo esse autor, a relação entre os termos poderia ser esclarecida pela tese althusseriana:

o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão, para que ele “realize por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão. (Althusser, 1985:104).

Conjugada à seguinte condição:

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um S maiúsculo – sujeito absoluto e universal – é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e de outro lado, que sempre de acordo com a formulação de Lacan, “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do significante na interpelação e na identificação... (Pêcheux, 1997b, p. 133-134.)

Afirma, também, que o caráter comum da ideologia e do inconsciente é o de *dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”*.(p.152-153).

E ainda:

a ordem do inconsciente não coincide com aquela da ideologia; o recalcamento não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas a ideologia não pode ser pensada sem referência ao registro do inconsciente. (Ibid.,p.301)

Nossa tarefa consistirá, portanto, em cruzar algumas das hipóteses acima apresentadas, para vislumbrar possibilidades de pontos de aproximação/intersecção. Tomaremos como ponto de partida para nossa reflexão a concepção da forma-sujeito do discurso.

No âmbito da AD, *importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórica e ideologicamente marcado* (FERNANDES, 2005, p. 13), dotado de inconsciente; e não o sujeito como fonte do sentido, um sujeito psicológico, que tem total controle do que faz e do que diz. O sujeito da AD se constitui, portanto, no processo de interpelação.

Uma possibilidade de intersecção entre as categorias acima mencionadas pode estar, acreditamos, na compreensão de como se dá o processo de interpelação. Para tanto, remontaremos a uma reflexão lacaniana, apresentada por Fink (1998, p. 21), que consideramos conveniente transcrevê-la:

Nascemos em mundo de discurso, um discurso ou linguagem que precede o nosso nascimento e que continuará após a sua morte. Muito antes de uma criança nascer, um lugar já está preparado para ela no universo lingüístico dos pais: os pais falam da criança que vai nascer, tentam escolher o nome perfeito para ela, preparam-lhe um quarto, e começam a imaginar como suas vidas serão com uma pessoa a mais no lar. As palavras que usam para falar da criança têm sido usadas, com frequência, por décadas, se não séculos de tradição. Elas constituem o Outro da linguagem.

A reflexão acima é para nós um exemplo concreto de como ocorre o processo de interpelação: o indivíduo-criança é interpelado em sujeito-criança ao ser discursivizado.

Ele é introduzido no simbólico, ele *entra* na ordem do discurso. O conjunto desses discursos enunciados a seu respeito (o Outro na acepção lacaniana) constituirá o seu inconsciente, bem como as formas-sujeito assumidas nele durante a sua vida. Esse sujeito é, assim, duplamente afetado: pelo inconsciente, em seu funcionamento psíquico, e pela ideologia em seu funcionamento social. Aqui nos parece possível uma intersecção: é no simbólico que *ideologia e inconsciente se encontram materialmente ligados sem estar confundidos*. Isto porque o processo de interpelação se dá, pois, pela/na linguagem ou na *instância da letra no inconsciente*.

Uma outra questão, que se encontra ligada ao que já foi dito anteriormente, parece-nos pertinente: o sujeito é constituído pela rede de significantes, que serão preservados por toda a sua existência no inconsciente, matéria-prima para a construção social da sua realidade, a qual segundo Fink (1998, p. 44),

implica em um mundo que pode ser designado e falado com as palavras fornecidas pela linguagem de um grupo social (ou subgrupo). O que não puder ser dito na sua linguagem não é parte da realidade desse grupo; não *existe*, a rigor.

Isso implica dizer que é pelo simbólico que as relações do homem com suas reais condições de existência se efetivam ou, em outras palavras, a realidade é uma construção do sujeito - no sentido althusseriano do termo - a partir dos elementos significantes que se encontram em seu inconsciente e cujos sentidos são determinados pelas posições ideológicas em confronto. Nesse sentido, o acesso ao real é barrado pelo simbólico: o que eu vejo, não é exatamente o que eu vejo, mas o que em mim é visto pelas lentes do Outro que me constitui. Logo, a relação imaginária estabelecida entre os sujeitos dos discursos é constitutiva do processo de construção dessa realidade e se trata de um efeito ideológico. Dessa forma, a ideologia – considerada como relação imaginária com as reais condições de existência – é também efeito do simbólico. Isso nos permite compreender a afirmação segundo a qual a ideologia não poderia ser pensada sem referência ao registro do inconsciente.

Por fim, arriscaremos afirmar que no processo de interpelação, o retorno do sujeito no Sujeito ou mesmo a sua denegação será determinado pelo material discursivo que se encontra latente no inconsciente. Isso poderia estar em correspondência com a afirmação de Pêcheux para quem *a marca do inconsciente como “discurso do outro” designa no sujeito a presença eficaz do Sujeito*. A fim de pensar a questão, retomaremos a discussão acerca do real e da realidade.

Vimos anteriormente que o real é inacessível. Só tem existência para nós aquilo que entrou na ordem do simbólico, que discursivizou-se: *ao neutralizar o real, o simbólico cria a “realidade”* (FINK, 1998:44). Nesse processo de simbolização do real, acreditamos que, simultaneamente, delineiam-se formas-sujeito com todas as suas determinações: condutas, comportamentos, juízos, valores, modos de ver, etc. A isso acreditamos poder denominar *processo do Significante na interpelação e na identificação* - expressão usada por Pêcheux para denominar o processo pelo qual se realizam as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção – que estaria na base de uma tomada de posição do sujeito: a matéria inconsciente, ao discursivizar-se, recebe sentido da formação discursiva que representa na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes, produzindo uma evidência do real, que não passa de uma relação imaginária do sujeito com o real. Nesse processo, os sujeitos tomam como evidentes os sentidos do que ouvem, lêem, escrevem, vêem; efeito ideológico que produzirá o retorno do sujeito no Sujeito ou a sua denegação. Nesse sentido, a forma como o real foi *recortado* nos indivíduos (e nos indivíduos mesmo) determinará o retorno do sujeito no Sujeito ou a sua denegação, pois o recorte constrói uma espécie de lente que só me permite ver certas coisas e de certo modo. É provável que isso se encontre em consonância com a afirmação de Pêcheux (1997b, p. 304): *ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja*.

É preciso destacar uma possível circularidade nesse processo, haja vista que a matéria significativa que se encontra latente no inconsciente é já um material ideologicamente afetado, pois constitui a forma como o Outro recortou o real. Isso poderia culminar na simples reprodução da forma-sujeito. Entretanto, isso não ocorre porque o material discursivo que constitui o *um* não é equivalente ao que constitui o outro. E se esse

material ganha sentido das formações discursivas, quem determinará o sentido da matéria inconsciente são as relações mantidas pelo sujeito no decurso de sua existência, as quais serão responsáveis pela transformação ou repetição da forma sujeito, bem como pela produção de *modalidades particulares da identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, com os efeitos discursivos que lhe estão ligados*.(COURTINE, 1981). Além disso, importa destacar que

as formas que a “ relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” toma não são homogêneas precisamente porque tais “condições reais de existência” são distribuídas pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações. ( PÉCHEUX, 1997b, p. 76).

Esclarecida a possibilidade de articulação entre as categorias do inconsciente e da ideologia, passaremos à análise de como elas funcionam na constituição do sujeito-autor.

### **3.5. AUTORIA, INCONSCIENTE E IDEOLOGIA**

Partiremos de uma questão já bem explorada: *o que é um autor?*

Para Foucault (1992, p. 287), o autor é apenas uma das especificações possíveis da função sujeito; *é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real*. (2002, p.28). Segundo Orlandi:

Não se trata do indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas de um sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz. (2002, p. 76).

Assim, a função-autor constitui-se na alteridade entre o sujeito do discurso<sup>7</sup> e a posição-sujeito. É justamente neste ponto que se concentra toda a problemática da disjunção do literário com a exterioridade que o constitui. As teorias que se apóiam na noção de consciência como *poder sintético unificador, centro e ponto ativo de organização das representações que determinam seu encadeamento* (PÊCHEUX, 1997b, p. 173) tendem a acreditar na possibilidade de o sujeito planejar completamente o seu dizer, não estando sujeito aos efeitos da opacidade da linguagem. Entretanto, ao tomarmos a concepção de sujeito da AD, vemos abrir-se a possibilidade de o Real irromper no discurso do sujeito, uma vez que ele não tem domínio total sobre o que diz:

O sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso (e aqui reconhecemos a propriedade do conceito lacaniano de sujeito para a AD), a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa. ( MUSSALIM, 2003, p. 110)

Esse sujeito é duplamente afetado: pelo inconsciente, em seu funcionamento psíquico e pela ideologia em seu funcionamento social. Ainda que considerássemos a possibilidade de o sujeito *selecionar* o que dizer e o como dizer<sup>8</sup>, seria possível identificar vestígios do interdiscurso – enquanto discurso transversal – no nível do intradiscurso. É importante destacar que mesmo utilizando-se de estratégias discursivas para organizar o seu dizer, o sujeito o faz a partir da matéria-prima fornecida pelo interdiscurso enquanto pré-construído; mesmo num ato considerado no nível pré-consciente-consciente, o sujeito se vale dos recursos que lhe são disponibilizados pelo interdiscurso enquanto pré-construído. O que diz e o como diz estão intimamente relacionados com a forma sujeito assumida no interior de determinada formação discursiva. Isto porque *toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado*

---

<sup>7</sup> Crivo da referencialidade polifônica que diferencia os diversos modos pelos quais o sujeito se mostra no discurso. Aula pública ( SANTOS, J.B.C, 2006)

<sup>8</sup> Esse processo de “seleção” corresponde ao que Pêcheux denomina de Esquecimento nº 2, o qual produz no sujeito a ilusão de manipular conscientemente os recursos lingüísticos para explicitar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente.

*das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas.*( PÊCHEUX, 1997b, p. 213). Logo,

Todo sujeito é colocado como autor de e responsável por seus atos ( por suas condutas e suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e,em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito responsável”. (p.214).

Nesse sentido, se aceitarmos que a função autor é apenas uma das especificações possíveis da forma-sujeito (cf. FOULCAULT, 1992, p.287), teremos que admitir que a autoria encontra-se submetida às determinações, coerções que constituem as demais formas-sujeito: a forma-sujeito-autor se constitui no processo de interpelação ideológica e pelo inconsciente, constatação que nos autoriza a analisar a produção literária como instrumento de luta ideológica, à luz das condições de produção, tratando-a como um documento/monumento, fato que tentaremos demonstrar nos capítulos procedentes.

***A sátira age como castigo que, desvelando e  
amplificando o mal, impõe a penitência.***  
Adolfo Hansem

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE DO *CORPUS*

Quando analisamos o riso enquanto prática ideológica, vimos que essa prática é *governada* pelas formações ideológicas que constituem o sujeito, as quais definem os objetos, os temas que se pode e deve tomar como risíveis. O riso do sujeito é, assim como os seus dizeres, um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social: o sujeito ri a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. Vimos também que, em se tratando do *corpus* deste estudo, é pelas vias do autor – sujeito duplamente afetado: pelo inconsciente, em seu funcionamento psíquico, e pela ideologia em seu funcionamento social - que acreditamos poder tecer considerações sobre o literário como instrumento ideológico. Partindo, pois, desses dois princípios, passaremos à análise da sátira gregoriana, aqui considerada como forma material do riso. Para efeito da análise que nos propomos a realizar, ressaltamos que o riso, além de ser tomado como prática ideológica, será considerado como marca dessa prática: o recorte de situações e temas relativos ao satirizado efetuado pelo satirista, permitirá que identifiquemos a sua inscrição socioideológica. Tentaremos demonstrar com isso que, longe de apenas se manifestar como exercício poético, a sua aparição está ligada às novas formas de organização do processo de trabalho bem como às novas condições da reprodução da força de trabalho correspondente a essas novas formas de organização (PÊCHEUX, 1997b). Tomaremos essa questão como fundamento para explicar como a produção da sátira tem seu lugar na Bahia do século XVII. Acreditamos que se há espaço para esse tipo de produção, há razões sócio-históricas para isso, fato que tentaremos evidenciar a partir desse ponto, quando estaremos apresentando o *corpus* para análise, bem como as condições em que se deu a produção da sátira gregoriana.

#### 4.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O *CORPUS* E SEUS AUTORES

Compõe o nosso *corpus* de estudo quatro poemas satíricos extraídos do livro *Obras Completas* de Gregório de Matos (sd), dos quais apresentamos as didascálias<sup>9</sup>:

- a. Esta satyra dizem que fez certa pessoa de autoridade ao poeta, pelo ter satyrizado, como fica dito, e a publicou em nome do Vigário Lourenço Ribeiro.
- b. Escandalizado o poeta da satyra antecedente, a ser publicada em nome do Vigário de Passe Lourenço Ribeiro homem pardo, quando elle estava innocente na factura della, e callava porque assim convinha: lhe assenta agora o poeta o cacheyro com esta petulante sátira.
- c. Resposta do vigário Lourenço Ribeiro scandalizado de que o poeta ó satyrisasse do modo que fica dito
- d. A certo frade que se metteo a responder à huma sátira, que fez o poeta, elle agora lhe retruca com estoutra

O segundo e o quarto poema têm sua autoria outorgada ao poeta Gregório de Matos; o primeiro e o terceiro têm o Frei Lourenço Ribeiro<sup>10</sup> como autor. Para a definição da autoria, baseamo-nos nas didascálias e nos depoimentos de estudiosos de Gregório de Matos. Apesar de sabermos da precariedade dessa primeira fonte para definição da autoria, recorreremos àquelas pela possibilidade de reconstituir, no entrecruzamento com as fontes históricas, posições-sujeito ocupadas por seus autores. Nesse sentido, não questionaremos aqui a autenticidade da autoria dos poemas, embora não ignoremos as controvérsias relativas à questão autoral em Gregório de Matos: há estudos (ESPÍNOLA, 2000) que dão conta, inclusive, que GM foi o verdadeiro autor não só da sua biografia a qual se atribui ao licenciado Rabelo<sup>11</sup>, mas também das sátiras que lhe dirigiu o padre Lourenço Ribeiro e, ainda, das didascálias que acompanham os poemas. Esses nomes não passariam de personagens criados pelo próprio GM.

---

<sup>9</sup> Diz respeito a longos títulos didáticos e esclarecedores colocados nos poemas gregorianos por terceiros (cf. GOMES, 1985).

<sup>10</sup> Segundo a sinopse do licenciado Rabelo, esta sátira teria sido escrita por “pessoa de autoridade” em nome do reverendo vigário Lourenço Ribeiro. Comparada com a outra assumida pelo próprio Lourenço, fica óbvio que foi ele o autor das duas. ( CHOCIAIY, 1993, p. 143)

<sup>11</sup> RABELO, Licenciado Manuel Pereira. **Vida e Morte do Excelente Poeta Lírico, o Doutor Gregório de Matos e Guerra.** In: AMADO, James (org.) *Obras completas de Gregório de Matos e Guerra* (Crônica do Viver Baiano Seiscentista). Salvador, Janaína, 1968. 7 vols., vol. VII.

Para os nossos propósitos importa situar esse(s) sujeito-autor(es) numa dada formação social<sup>12</sup>, o que será possível já que os poemas nos fornecem expressivos indícios que, confrontados com as condições de sua produção, nos permitem situá-lo(s) ideologicamente. Nesse sentido, cumpre salientarmos que, apesar da referência explícita, nos poemas, a dois sujeitos históricos, em nossa análise não os focalizaremos enquanto autores: lançaremos mão do sujeito discursivo, da voz que emerge nos próprios poemas, relacionando-os com o autor da formulação, apenas, a título de condições de produção. Os fatos relativos aos autores, destacados para fins deste estudo, longe de aqui se presentificarem para demonstrar o nexo causal autor-obra, nos fornecerão subsídios para levantar as condições de produção, assinalando um certo lugar de onde se enuncia. Dessa forma, não nos interessará dados biográficos que sinalizem para um retrato de vida particular de seus autores em relação direta com a obra, tampouco o sujeito psicologizado, empírico; mas, *o lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes* (FOUCAULT: 2000, p. 109). Importa observar como os poetas tendem a transpor, nas obras em análise, representações, julgamentos e valores de seu tempo, definindo, assim, uma posição ideológica. Assim é que, em vista do que precede, passaremos à descrição das condições de produção da poesia satírica gregoriana.

#### **4.1.1. O Brasil do século XVII e a produção satírica de Gregório de Matos**

Poeta maldito, Boca de Brasa, Boca do Inferno, pseudônimos que fazem jus a um poeta de língua afiada na crítica aos costumes e à gente do seu tempo. Assim era Gregório de Matos:

---

<sup>12</sup> uma formação social, ou formação econômica e social concreta[...] é constituída pela imbricação de diversos modos de produção, ou da coexistência de formas, provenientes de diversos modos de produção e reestruturadas em função da *dominância* de um dos modos de produção. (ROBIN, 1973, p. 108).

...terceiro filho de um fidalgo da série dos escudeiros em Ponte de Lima, natural dos Arcos de Valdevez, estabelecido no Recôncavo baiano como senhor de canavial, cerca de 130 “escravos de serviço”, e dois engenhos. (MATOS, 1999, p. 11)

Filho de senhor de canavial, viveu todo o apogeu da cana-de-açúcar, presenciou o processo de decadência dos engenhos e ascensão da burguesia, o surgimento de novos segmentos sociais, o desenvolvimento da imigração bem como o processo de miscigenação. Sua produção faz referência ao Brasil Colonial, período que se enquadra na caracterização do que se denominou Antigo Regime, sistema no qual

a sociedade aparecia estruturada por uma complexa hierarquia de status, em que nem sempre a riqueza exercia papel determinante, e na qual era a busca da distinção que comandava as aspirações de ascensão social. (VAINFAS, 2001, p. 44).

Ignorava-se, no referido sistema, a idéia de igualdade entre os indivíduos e, em vez da noção de direito, fundava-se a de privilégio: privilégio de nascimento, que distinguia pelo sangue a nobreza; privilégio de ocupação, que degradava os serviços manuais e valorizava aqueles que viviam de renda e uma série de outros privilégios, tais como autorização para portar armas, utilizar certos tipos de tecidos, isenções fiscais, além de direitos exclusivos para produzir ou comercializar certos bens. (cf. VAINFAS, 2001).

Era, ainda, um período em que se destacava uma tensa relação de dominação e subserviência entre grupos antagônicos, conforme se pode observar na breve reconstituição das formações sociais do Brasil do século XVII abaixo desenvolvida.

A economia no Brasil colônia iniciada com o puro extrativismo de pau-brasil e o escambo entre os colonos e os índios, gradualmente passou à produção local, com os cultivos da cana-de-açúcar e do cacau. O Brasil da primeira metade do século XVII constituía-se numa colônia mercantilista, cuja economia se estruturava no latifúndio escravista orientado para exportação. A base da economia colonial era, portanto, o engenho de açúcar. Nesse cenário consolida-se uma pequena nobreza luso-brasileira.

Poder, riqueza e prestígio social são sinônimos de fazendas, plantações, engenhos e escravos. A sociedade do período, marcada pela grande diferenciação social, abrigava, no topo da pirâmide, os senhores de engenho. Abaixo, aparecia uma camada média formada por trabalhadores livres e funcionários públicos e, na base, estavam os escravos de origem africana. Era uma sociedade patriarcal, pois o senhor de engenho exercia um grande poder social:

E a família patriarcal era o mundo do homem por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração eram as boas graças do patriarca.<sup>13</sup>

Além da base agrária e da estrutura patriarcal, a sociedade colonial apresenta outra característica, que se fortalece com o tempo: a miscigenação. Nos dois primeiros séculos de colonização, a população brasileira é formada por colonos brancos, escravos negros, mestiços e índios aculturados e aumenta muito lentamente<sup>14</sup>. Misturando raças e culturas numa convivência forçada pelo trabalho dos negros africanos, a sociedade adquire um perfil mestiço, personificado na figura do mulato. Essa miscigenação condiciona as relações sociais e culturais, gerando um modelo heterogêneo e aparentemente harmônico, multirracial, sem segregações e discriminações internas. Na verdade, porém, ela apenas disfarça as profundas desigualdades entre brancos e pretos, escravos e livres, livres ricos e livres pobres, que não acabam nem com a abolição da escravatura, no final do século XIX<sup>15</sup>. Segundo Vainfas (2001, p. 400), *a mobilidade social dos mulatos constituía uma inquietação a mais para as elites coloniais*. Os letrados coloniais os viam como arrogantes, atrevidos, insubmissos. Conforme Pereira (2002), o processo de dominação racial dos ricos e letrados na colônia interditava o acesso de pobres, mestiços, índios, negros, mulheres - todos desqualificados - ao exercício do poder institucionalizado. Os indícios desse processo discriminatório podem ser levantados inclusive em documentos do período, como nesse trecho do testamento de Mem de Sá, extraído de Silva (1998, p. 32): *Se Francisco de Sá*

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=412>. Acesso em: 07/03/2007

<sup>14</sup> Almanaque Abril Multimídia (1996)

<sup>15</sup> Almanaque Abril Multimídia (1996)

*tiver algum filho de uma mulher solteira branca que não fosse escrava nem preta da Índia ou do Brasil, este em tal caso herdará o morgado.*

Uma outra questão merece destaque: a sociedade da época vivia sob o jugo da Coroa portuguesa e da Igreja Católica. Do ponto de vista econômico, o clero estava subordinado à coroa, e no caso do Brasil, aos favores dos senhores de engenho:

A situação de mando masculino era de tal natureza que os varões não reconheciam sequer a autoridade religiosa dos padres. Assistiam à missa, sem a menor manifestação daquela humildade cristã do crente (própria, aliás, das mulheres), assumindo sempre ares de proprietário da capela, protetor da religião, bom contribuinte da Igreja. Jamais um orgulhoso varão se dignaria de beijar as mãos de um clérigo, como o faziam sua esposa e filhas.<sup>16</sup>

Apesar da situação de submissão aos senhores de engenho, o clero gozava de certos poderes perante a sociedade colonial:

O clero era também um controlador da sociedade. Estavam sob sua jurisdição funções como matrimônio e divórcio, constatação do nascimento realizada através do batismo, o casamento (só existia o religioso), qualquer tipo de assistência social ao pauperismo e a indigência e, em grande parte, o ensino. A vida privada e íntima também era vigiada pela Igreja. Em uma sociedade que não diferenciava a esfera do público e do privado, a boa conduta de uma família sofria a intervenção da Igreja e de seus ministros. Como zeladores dos bons costumes, os religiosos aplicam punições que iam desde as repressões públicas à excomunhão. O acusado pela Igreja passava a sofrer o peso do preconceito da sociedade da época, os sacerdotes facilmente “manejavam e alarmavam a sanção da opinião pública”. Este controle da sociedade colocava a Igreja em um papel de destaque. (CASTRO, 2006, p. 4)

Uma outra característica que contribuirá para compreendermos as relações estabelecidas entre os diversos segmentos dessa formação social diz respeito à cultura:

Trata-se de uma sociedade em que a cultura, como forma do conhecimento ou como prenda – não importa – começa a encontrar espaço, a despertar interesse e em que as manifestações artísticas [...] encontram apreço na camada intermediária e, em parte, na classe dos senhores – pelo menos como motivo de ostentação... (SODRÉ, 1999, p. 32).

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=412>. Acesso em: 07/03/2007

No que diz respeito a essa classe intermediária que começa a se formar, o interesse pela cultura, pelas letras, tem ainda uma outra conotação :

A atividade intelectual, que chega demasiado tarde na colônia, apresenta-se, então, aos elementos da camada intermediária, como via de acesso social, [...] cultivada para ser ostentada, exteriorizada, não para prazer próprio ou pela utilidade em si. Se ela não permitia ingressar nas camadas superiores – após a autonomia, aliás, permitiu o ingresso na nobreza de títulos – permitia acesso às funções não maculadas pelo trabalho físico e por isso mesmo próprias para resguardar o decoro de cada um. ( Idem, p. 36).

Como se pode observar estamos diante de uma sociedade altamente conservadora, estamental, mas cuja mobilidade, motivada pelo tipo de exploração econômica e pela contínua chegada à colônia de novos contingentes populacionais, é algo sobre o qual não se tem controle. Segundo Souza (1997, p.22) mobilidade, dispersão, instabilidade são características da população nas colônias, perfil que *devia aparecer aos olhos dos protagonistas da colonização como uma incômoda e mesmo angustiante sensação de descontiguidade*. Essas características contrastavam com a relativa estabilidade característica do Velho Mundo, referência em termos de organização social para a colônia.

Essas condições serão definidoras e constitutivas das relações estabelecidas entre os diversos estratos sociais. Definirão os modos de convivência, incidindo, ainda sobre os processos identitários dessa comunidade imaginária. E serão ainda propícias à proliferação da sátira, gênero cujas origens relevam de condições semelhantes às descritas acima: segundo Minois (2003), atribui-se a Lucilius – rico aristocrata do século II a.C., defensor das tradições aristocráticas da conservadora sociedade romana – a fundação do gênero, o qual era utilizado para denunciar os vícios e os defeitos dos poderosos, assim como as inovações nefastas a seus olhos.

É nessas condições que vemos a emergência da produção da sátira gregoriana, bem como dos outros dois poemas satíricos - objeto da nossa análise e constantes nas obras completas de Gregório de Matos - e que têm por autor o Frei Lourenço Ribeiro. Desse último, as referências a que tivemos acesso dão conta de que se tratava de um

contemporâneo do Boca de Brasa (CHOCIAIY,1993, p.143), *inimigo de Gregório, inclusive em guerras poéticas* (GOMES,1985, p. 48). Era Lourenço Ribeiro, vigário de Passé, *clérigo e pregador, natural da Bahia, e, segundo se rosnava, mulato, dava-se muito a compor trovas, que cantava nas sociedades ao som da cítara*. (idem, p.50). Contudo, há ainda teses de que o referido sujeito nem tenha de fato existido. Essas questões não se colocam como obstáculos à nossa análise haja vista que, mesmo sendo Gregório de Matos autor do conjunto da produção, as marcas ideológicas se presentificam nos poemas, ora para referendar uma posição hegemônica ora para contradizê-la. Isso é possível porque, como vimos no capítulo teórico, o sujeito não se constitui numa unidade homogênea e *toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas* (Pêcheux, 1997b, p.213). Com isso acreditamos que, qualquer que seja a perspectiva de análise (seja a do poeta seja a do vigário), encontraremos os indícios de posições ideológicas que mantêm entre si relações de desigualdade, contradição e subordinação: numa relação especular, o poeta, ao satirizar o vigário (ou vice-versa), permite que construamos uma espécie de negativo de si mesmo, de onde podemos visualizá-lo, enquanto posição-sujeito.

Queremos dizer, com isso, ainda, que mesmo *situando-se* numa dada posição, o sujeito não se encontra imune ao desdobramento que lhe é constitutivo no processo de interpelação. E aqui reconhecemos quão apropriado se mostra aquele quadro do jogo de imagens proposto por Pêcheux: ele nos permite verificar, com eficácia, que a unidade imaginária do EU se constitui em alteridade com a unidade imaginária do Outro. Assim sendo, seja Gregório de Matos falando como poeta, seja Gregório falando como vigário, tende a fazê-lo a partir dessa relação especular, *realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso*.(PÊCHEUX,1997b, p.167).

Em vista das questões até aqui arroladas, tentaremos mostrar, na seqüência, como aquilo que é tomado por ficção ou exercício poético nas produções em análise tem relação direta com a realidade recriada simbolicamente pelos sujeitos-autores em determinados momentos históricos, a partir das posições *assumidas* na topografia social; ou seja, mesmo dando voz a um sujeito enunciador, os dizeres produzidos pelo sujeito-autor

inscrevem-se dentro de determinadas formações discursivas, as quais são regidas pelas formações ideológicas que o constituem sujeito. Dessa forma, acreditamos ser possível detectar marcas de ideologias particulares<sup>17</sup> em suas produções. No caso específico desse estudo, essas marcas serão detectadas a partir dos objetos que o autor seleciona como risíveis: embora não haja (e nem deva haver) uma intenção de tratar do real, o fato de tornar certas situações, certos objetos risíveis pode colaborar no fortalecimento ou enfraquecimento de estereótipos, representações, valores de uma dada época. Assim, o que faz do literário instrumento ideológico é justamente a clivagem realizada pelo seu autor no que se refere aos objetos selecionados como risíveis. Destacaremos, a partir da análise da composição dos personagens, como o efeito do imaginário se impõe como real regulando condutas, ditando normas. Por fim, tentaremos demonstrar como o fato de se tornar esses efeitos do imaginário objetos risíveis pode contribuir para a reconfiguração das relações estabelecidas entre os sujeitos de uma dada conjuntura. É o que tentaremos mostrar a partir deste momento.

Os quatro poemas em análise teatralizam um embate entre dois personagens: um vigário e um poeta de linhagem nobre, conforme já observado nas disdascálias. Esse já é um dado bastante significativo se considerarmos que essas duas posições-sujeito mantinham uma relação marcada pela disputa do poder, já que os membros do clero, estavam, do ponto de vista econômico, subordinados aos favores dos senhores de engenho; mas, por outro lado, detinham poderes sobre a vida privada dos seus fiéis. Mais significativo será observarmos como ambos os personagens são representados nos poemas e quais os motivos dados a cada um para satirizar ao outro e os elementos selecionados e tomados como risíveis. Assim, importa destacar quais as situações referentes ao poeta expostas na sátira do vigário que supostamente provocariam o riso e vice-versa.

#### **4.1.2. O RISO DO VIGÁRIO**

---

<sup>17</sup> Cf. Althusser (1985, p.82).

No primeiro poema tomado para análise, foco do presente trabalho, o vigário se propõe a desmascarar o poeta, interpelando-o a se compor, tendo por argumento o fato de que esse venha submetendo à desonra toda a Bahia, conforme os versos que seguem:

*Conheça toda a Bahia,  
quem é o sátiro magano,  
que lhe há feito tanto dano  
desonrando-a cada dia:  
pois sem ser de estrebaria,  
mais do que um burro esfaimado,  
se jacta de grão letrado,  
sendo asninho parlafrém:  
mas não o saiba ninguém*

Este pode ser tomado como um argumento plausível, se considerarmos o lugar que lhe era devido no Brasil Colonial: poderíamos asseverar a sua justificativa, afirmando que a primeira sátira funcionaria como uma espécie de *corretivo*, uma espécie de recado, de ajuste de contas, uma espécie de *trote social* <sup>18</sup> pelo fato de que o poeta vinha desonrando a Bahia, na figura de seus ilustres e não tão ilustres habitantes. Assim, mesmo não figurando entre os satirizados, como fica dito nos versos do poeta,

*Quem vos meteu a vós, vilão de chapa  
A tomares as dores do meu mapa,  
Se no mapa, que fiz não se esquadrinha  
Linha tão má, como é a vossa linha?*

o vigário sentia-se, como *bom pastor*, na obrigação de defendê-los. Põe-se, portanto, a produzir sátiras a respeito do poeta, a fim de que ele se recomponha e se enquadre dentro dos padrões morais de comportamento social vigente. Para corrigir os *maus modos* do poeta, o vigário procura atingir justamente aquilo que era marca distintiva dos nobres: a família, como se pode ver na seqüência abaixo:

---

<sup>18</sup> Segundo Bergson (2001), toda pequena sociedade que se forma no seio da grande é levada por um vago instinto, a inventar um modo de correção e de abrandamento da rigidez dos hábitos contraídos alhures, que precisarão ser modificados. Esse modo de correção é realizado, segundo Bérqson, através do riso, que para o autor é de fato uma espécie de trote social.

*Ser a todos preferido  
no saber, é, o que pertende:  
porém quem se não entende,  
mal pode ser entendido:  
mas se é sábio, e advertido,  
como em vez de achar ventura  
foi topar na cornadura,  
que demasiada tem:  
mas não o saiba ninguém.*

Crítica, inicialmente, a condição da mulher do poeta, a qual era *também de todo o povo*. Destaca que o poeta *quis ser seu marido justamente como mais cem*. Essa era uma situação inadmissível num período em que se exaltava *um modelo feminino de corpo obediente e sem ardores sexuais* (DEL PRIORE, 2003, p.24); em que adultérios, concubinatos, mancebias, amasiamentos e demais formas de convivialidade sexual e conjugal, que não o matrimônio, eram condenadas com rigor. Aqueles que adotavam tais práticas podiam ser punidos com penas que variavam de uma simples advertência à excomunhão, fato que para a época era motivo de escândalo e desonra. A uma senhora da elite, envolta numa aura de castidade e resignação, cabia procriar e obedecer. A essas senhoras eram exigidas certas condições que as tornariam modelo de virtuosidade: ser devota à igreja, ao marido e aos filhos; ser reclusa, evitando expor sua figura em público e evitar o pecado da luxúria, da vaidade, do adultério. Segundo Mary Del Priori (1995, p. 133),

o padrão moral de comportamento sexual feminino que predominou foi o de que as mulheres honestas, virtuosas, honradas eram as discretas, “de corpo obediente e recatado, e carnes tristes (...)”, enquanto que as mulheres dotadas de intenso erotismo, ou eram tidas como criminosas e loucas ou eram prostitutas.

A descrição que o vigário apresenta da mulher do poeta em nada se enquadra naquele padrão, conforme se pode atestar nos versos destacados:

*Sendo casado em Lisboa,  
achava logo qualquer  
remédio em tua mulher,  
e se provou, era boa:*

*a fama desta outra soa  
não menos que na Bahia;  
sendo tua não podia  
deixar de ter gênio humano:  
não te envergonhas, magano?  
11 Pois é cousa bem sabida,  
que o teu casamento sujo  
veio por um Araújo,  
que a tinha bem sacudida:  
casou contigo saída  
da casa dele, onde esteve  
por sua amiga, e não deve  
dizer alguém, que te engano:  
não te envergonhas, magano?*

Essa condição da mulher do poeta põe em xeque todo um conjunto de valores relativos à família patriarcal. Põe em xeque a autoridade indiscutível do patriarca, figura temida e venerada. Temida, por possuir o direito de controlar a vida e as propriedades de sua mulher e filhos; venerada, por encarnar, no coração e na mente de seus subalternos, todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano. Ao evidenciar essa condição da mulher do poeta, o vigário coloca ainda em questão a ilegitimidade do poeta de ocupar aquela posição: sendo um homem nobre, um autêntico patriarca teria governo sobre sua casa e sobre sua família.

O conjunto dos dizeres do vigário até aqui expostos – aquilo que ele seleciona como motivo para satirizar o poeta – inscreve-se numa FD, cujo conjunto de saberes aponta para a manutenção da ordem vigente e da hegemonia da nobreza: ao criticar a postura do poeta, o vigário tende a reforçar toda uma representação do que é ser um patriarca, aponta para o retorno ao *mesmo*. A sátira do vigário vem, nesse sentido, fortalecer as representações daquele período relativas à figura da mulher-mãe, do patriarca. Sua atitude insere-se num conjunto de práticas admissíveis para a forma-sujeito da FD em que está inscrito, a qual é regida por um domínio de saber que *funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações bem como princípio de exclusão para outras*. (Cf. Courtine, 1981). Rir do fato de o poeta ir *topar na cornadura*, por exemplo, era, além de uma forma de proteger os valores morais que defendia, também uma garantia de sobrevivência da sua classe: a família patriarcal era responsável pela disseminação da fé cristã e era ainda o patriarcado que mantinha o

clero economicamente. A dissolução desse regime implicava a falência da classe. Esse argumento pode ainda ser utilizado para compreendermos o motivo de o vigário tornar público e risíveis aspectos relativos à família do poeta, tais como a traição da sua avó e da sua mãe :

*Tua Avó, de quem tomaste  
de Guerra o falso apelido  
a um, e a outro marido  
lhe fez de cornos engaste:  
se temes, que te não baste  
por agora, o que ela fez,  
na tua cabeça vês  
milhares deles cada ano:  
não te envergonhas, magano?*

*[...]*

*Fazes, o que fez teu Pai,  
porque a mesma fama cobres,  
que por fazer bem a pobres  
amou muito à tua Mãe:  
na tua progênie vai  
herdado como de ofício,  
pois toma por exercício  
dar carne ao gênero humano:  
não te envergonhas, magano?*

A desonra das suas irmãs:

*Tuas Irmãs se casaram  
publicamente furtadas,  
e há, quem diga, que furadas  
d'outros, que se não declaram:  
oh se as paredes falaram!  
inda hoje bem poderias  
ouvir várias putarias  
de tanto caminho lhano:  
não te envergonhas, magano?*

Há ainda um outro dado que merece ser explicitado, e que se encaminha para o mesmo efeito de sentido: o poeta é acusado de herege, conforme os versos que seguem:

*De Cristão não é, senão  
de herege, tudo, o que obra,  
pois nele a heresia sobra,*

*e lhe falta o ser cristão:  
remetê-lo à Inquisição  
já uma vez se intentou,  
mas bem veis, quem atalhou,  
senhores, tão grande bem:  
mas não o saiba ninguém.*

Fica claro no conjunto dos versos selecionados que há todo um interesse na defesa da moral, dos *bons costumes*, dos ideais religiosos. O comportamento do poeta, bem como dos membros de sua família, não se enquadrava dentro dos padrões de conduta exigidos para aqueles que possuíam o seu *status*. Era, pois, preciso reprimir as excentricidades, para garantir a conservação da norma, das convenções. A conduta do poeta, regulada por um conjunto de saberes oriundos de outras FDs, coloca em tensão o conjunto de saberes que regula a assunção daquela forma-sujeito, abrindo espaço para a sua reconfiguração. Tendo em vista a inscrição socioideológica do vigário, marcada por padrões de moral e conduta, era preciso cuidar para que sua *corrupção* não contaminasse outros, virtuosos e honestos. Daí a necessidade de correção das suas ações. Nesse sentido, reafirmamos que o argumento inicial do vigário nos parece plausível: como membro do clero detinha poderes (e dever) para conduzir a conduta de *suas ovelhas*. E é como forma de correção que dirige a sua sátira ao poeta. A atitude do vigário, descrita até esse ponto, insere-se num conjunto de práticas as quais estariam relacionadas ao modo de subjetivação que Pêcheux denominou como *superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*: modalidade de tomada de posição na qual o sujeito identifica-se plenamente com a forma-sujeito que organiza o que pode ou deve ser dito no âmbito de uma dada formação discursiva.

Todavia, como já sabemos, uma FD não é dotada de homogeneidade, tampouco a forma-sujeito que a partir dos seus saberes se configura. Isto posto, inquieta-nos certa evidência recorrente nos dizeres do vigário: todos os seus argumentos encaminham-se no sentido de reconfigurar a imagem do (poeta) sábio: já na introdução da primeira sátira, o vigário põe-se a desqualificar o poeta. Refere-se ao mesmo como *sátiro magano, asquinho parlafrém, burro, asneirão*. Todo o primeiro poema desenvolve-se com argumentos que reforçam essa imagem: por não ser sábio, o poeta envolve-se com *uma mulher que é também de todo o povo*, imaginando ainda ser o primeiro: isso

implica ingenuidade, ausência de discernimento. Herdou de Vulcano<sup>19</sup> *o saber mui bem malhar*; traduziu para o português as poesias de Quevedo e assumiu a autoria das mesmas.

Isso nos leva a uma indagação: se o objetivo era regular a conduta, resgatar os valores morais, por que a insistência no ataque ao saber do poeta? E ainda, como o ataque a essa temática poderia contribuir no processo de reconfiguração/transformação das práticas desse sujeito?

Se considerarmos com Foucault (2002, p.10) que :

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar.

é possível afirmarmos que o ato de descompor o poeta estaria menos relacionado a um desejo de manter a ordem, as virtudes, a moral, do que de ocupar o seu posto num fazer que gozava de prestígio no período. Relacionava-se a um desejo de saber, ou ainda mais especificamente, a um desejo de poder.

---

<sup>19</sup> Vulcano era filho de Júpiter e de Juno, ou segundo alguns mitólogos, de Juno só, com o auxílio do Vento. Envergonhada de ter dado à luz a um filho tão disforme, a deusa o precipitou no mar, a fim de que eternamente ficasse escondido nos abismos. Foi, porém, recolhido pela bela Tetis e Eurínome, filhas do Oceano. Durante nove anos, cercado dos seus cuidados, viveu numa gruta profunda, ocupado em fabricar-lhes brincos, broches, colares, anéis e braceletes. Entretanto o mar escondia-o sob as suas ondas, tão bem que nem os deuses nem os homens conheciam o seu esconderijo, a não ser as duas divindades que o protegiam. Vulcano, conservando no fundo do coração um ressentimento contra sua mãe, por causa dessa injúria, fez uma cadeira de ouro com mola misteriosa, e a enviou ao céu. Juno admira uma cadeira tão preciosa; não tendo nenhuma desconfiança, quer sentar-se nela; imediatamente fica presa como em uma armadilha; e aí ficaria muito tempo, se não fosse a intervenção de Baco, que embebedou Vulcano para obrigá-lo a soltar Juno. Pretende Homero que essa aventura da mãe dos deuses excitou a hilaridade de todos os habitantes do Olimpo. Disponível em < <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vulcano.htm>> Acesso em : 08/05/2006.

A nossa tese poderia ser refutada já em primeira instância se levássemos em conta apenas o lugar institucional, reconhecido e respeitado do vigário. Entretanto, se colocarmos os seus dizeres numa relação entre o lugar de onde ele fala e a posição que ocupa naquela conjuntura econômica, perceberemos, ainda nesse primeiro poema, um conflituoso jogo polifônico, que denuncia um entrecruzamento de vozes que ora reconhecem, na figura do vigário, o direito à palavra, ora negam-lhe esse direito. Vejamos os versos abaixo transcritos:

*Hoje a Musa me provoca,  
a que bem pelo miúdo  
nada cale, e diga tudo,  
quanto me vier à boca:  
como digo, hoje me toca  
meter minha colherada,  
que nem sempre ter calada  
a boca parece bem:  
mas não o saiba ninguém.*

Os quatro primeiros versos garantem a legitimidade da ocupação daquele lugar, o qual é assegurado pela atualização de um saber próprio à forma de sua assunção: somente os inspirados pelas divindades têm o direito de enunciar daquele lugar; a faculdade poética ainda é vista como um dom divino. Ao ser tomado por essa inspiração, o sujeito assegura o seu direito a dizer. Assim, vemos na emergência das seqüências acima destacadas que a tomada da palavra se exerce segundo um conjunto de rituais, que, se por um lado permite a inscrição do sujeito numa dada FD, livrando-o das sanções impostas aos que *movido pelo desejo* ocupam uma dada posição na qual não é reconhecido, por outro lado, denunciam a presença do outro/Outro, com o qual se debate. E é nesse sentido que se pode pensar acerca da heterogeneidade constitutiva de toda FD, cujos limites não são possíveis de se definir com precisão, haja vista ser esta constantemente invadida por elementos oriundos de outras FDs. Ela é sempre afetada pela alteridade, princípio de contradição na constituição da forma-sujeito. E é justamente a presença desse outro/Outro, constitutivo do eu, que faz o sujeito retornar sobre o fio do seu discurso e rever sua posição. É o que podemos observar através da expressão *como digo* que aponta para uma retificação que será reforçada pelo restante do verso: ao enunciar *hoje me toca meter minha colherada*, observamos uma negação do direito de dizer, representada pelas expressões *hoje* (e em nenhum outro momento) e

*meter minha colherada*. Essa expressão geralmente é utilizada em circunstâncias em que o sujeito deveria se manter calado. Remete ao sentido de intromissão, invasão. Essa idéia é reforçada nos versos seguintes: *e para que o mundo me ouça, já mil atenções lhe peço*. Instaura-se aqui a contradição, pois, ao retomarmos as formações sociais coexistentes no período colonial, vimos que o clero dispunha de poderes perante os cidadãos. Era uma classe que gozava de respeito e tinha privilégios sobre os *homens comuns*. *O fato de se tornar um membro do clero não era uma questão de vocação e sim de ascensão social, que conferiria poder*. (CASTRO, 2006, p. 4). Parece-nos muito estranho que alguém que detém o poder de dizer, necessite solicitar a atenção do seu auditório. Imaginemos, portanto, o vigário durante um momento de celebração religiosa. Há, ali, um espaço de dizer que lhe é assegurado e nunca contestado. Sua presença impõe o silenciamento dos fiéis, pois a ele cabe o poder de conduzir os ensinamentos. Pedir a atenção já seria um indício do não-reconhecimento do seu poder.

Ao afirmar *não sou sábio, confesso, para falar elegante*, assinala-se aí o reconhecimento da ocupação de uma posição que não lhe pertence. Vemos a emergência do Outro<sup>20</sup>, colocando em tensão um poder constituído e um saber a ser conquistado. Ele *sabe*, portanto, que ocupa aquela posição, mas não se encontra qualificado para tal. É o olhar do EU (que) traz a exterioridade do OUTRO para a internalidade do EU, na medida em que a imagem do OUTRO se internaliza na mente (e por extensão, no corpo, no desejo e no silêncio do EU). (NEDER, 2002, p.43).

E isso se tornará mais claro se confrontarmos, mais uma vez, esse lugar (social) com a posição (econômica), o que nos será possível graças à recorrência às condições de produção. Vimos, anteriormente, que, ao se tornar membro do clero, o sujeito passava a gozar de certos privilégios. Entretanto, a igreja estava sob o efeito do padroado<sup>21</sup>,

---

<sup>20</sup> No sentido lacaniano do termo.

<sup>21</sup> O regime do *padroado*, conforme (LIMA, 2006) significava, no direito eclesiástico, soma de privilégios e vantagens concedidas pelo Papa aos fundadores de templos ou instituições em favor da dilatação da fé e da manutenção do culto. Entre os privilégios que assim adquiriram, havia o de promover a criação de dioceses e de apresentar eclesiásticos para seus pastores, tudo na dependência da confirmação do Papa, como também o direito de receber os dízimos, pagos pelos fiéis.

portanto nunca teve autonomia; os negócios eclesiásticos sempre estavam nas mãos do rei.

Isso explica a contradição acima exposta. Ela é o efeito do confronto entre um lugar institucionalmente reconhecido e uma posição economicamente dependente. Analisemos a questão tomando por referência o quadro do jogo de imagens proposto por Pêcheux, a partir das seguintes indagações: “*Quem sou eu para lhe falar assim?*” e “*Quem é ele para que eu lhe fale assim?*”. Essas duas questões se entrecruzam revelando *qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso* (FOUCAULT, 2000, p.57). O vigário é alguém responsável pela manutenção dos valores morais, pelo fortalecimento da família; mas é alguém que só está autorizado a fazê-lo no restrito espaço da capela. Ao avançar para outros espaços, sofre as sanções que eram impostas àqueles que se atrevessem a mudar de lugar. Fica claro, aí, que *Padre Lourenço* luta contra um conjunto de interdições que incidem sobre *as formas de aparecimento e de distribuição dos modos enunciativos, sobre as formas que regulam o desdobramento das escolhas estratégicas*. (ROBIN, 1997, p.94). Isto porque a distribuição de técnicas também é algo que sofre interdições. Joga também com certos caracteres designativos de quem tem o direito privilegiado de usar aquele tipo de técnica: trata-se, neste caso, de alguém sábio e que fala elegante. Essas características, naquele período, estavam, invariavelmente, relacionadas aos detentores de poder econômico. Eram os filhos dos Senhores que iam para a capital estudar nas Faculdades de Direito:

Homem que se prezasse era bem-falante. A oratória compunha a personalidade masculina do mesmo modo que o fraque, o chapéu-coco, o cravo na lapela e o soberbo bigode - tudo isso acompanhado, naturalmente, de um título de doutor. "Seu Doutor" integrava o restrito exército de bacharéis formados pelas faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Todas elas, e não só as de Direito (como geralmente se supõe), são terreno assolado pela retórica, a arte de bem falar. Isto é fácil de entender, já que o persuadir, o convencer e o dissuadir representavam as chaves mestras da política, do mando, do governo, do controle. E eram os bacharéis que assumiam as posições de controle no, Estado, nos negócios e na família.

---

Com eles, a arte da retórica transbordou os paços acadêmicos e as assembléias políticas para invadir todos os recantos da sociedade.<sup>22</sup>

A posição conflituosa assumida pelo vigário revela-se inclusive na seleção do gênero para enunciar o seu propósito: a correção poderia ser realizada (e talvez fosse esta a forma mais adequada para corrigir do lugar de vigário) sob a forma de um sermão. O fato de eleger a sátira como instrumento de correção pode ser um indicativo do desejo de poder ocupar um lugar outro na topografia social. Segundo Hansen (2004), a sátira era considerada, no século XVII, como artifício literário engenhoso e padrão distintivo dos discretos cortesãos. Ao demonstrar-se capaz de produzir versos, o vigário estaria se qualificando entre os membros desse seletivo grupo. Como vimos na reconstituição das condições de produção, a atividade intelectual apresentava-se aos elementos da camada intermediária como via de acesso social, permitindo inclusive o ingresso na nobreza de títulos. A eleição da sátira como forma de correção, além de atualizar toda uma memória<sup>23</sup> relativa à eficácia do gênero para esse fim, traz a possibilidade de o vigário tratar com o poeta em pé de igualdade.

Se pensarmos, ainda, que,

no momento em que o falante, o escrevente, o autor, qualquer um de nós, escolhe um plano de expressão específico para a mensagem, não apenas configura a mensagem, articulando forma e conteúdo, mas também prevê e constitui o seu leitor (BRAIT, 2003, p.15),

poderemos afirmar que a seleção da sátira como meio para a correção constituía-se também numa forma de se aproximar de um outro público. Como vimos, o regime

---

<sup>22</sup> Coleção Nosso Século, volume 1. Disponível em <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=412>>. Acesso em 13/07/2007.

<sup>23</sup> Ao tratarmos do termo memória estamos nos referindo à memória discursiva, a qual diz respeito, conforme Courtine (1981), à *existência histórica do enunciado* no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos; ela visa o que FOUCAULT (71, p. 24) destaca a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, *discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, de falas que os representam, os transformam ou falam deles, em poucas palavras, os discursos que indefinidamente, além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer*.

patriarcal concedia direitos e liberdades aos homens, garantia-lhes, inclusive, o direito de subjugar o clero. As mulheres mostravam-se totalmente submissas aos conselhos, advertências advindas da igreja; os homens eram, entretanto, indiferentes. Assim, a apropriação do gênero permitiria ao vigário a inserção no universo masculino. A sua voz ganharia novos contornos, seria ouvida.

Mais acima afirmamos que a crítica do vigário insidia sobre o saber do poeta e deixamos em suspenso a questão: como o ataque a essa temática poderia contribuir no processo de reconfiguração/transformação das práticas desse sujeito? Para tentarmos responder a essa questão, julgamos pertinente considerar que

... todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento de seu espaço: não identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto de identificação. (PÊCHEUX, 2006, p. 56-57).

É nesse ponto que acreditamos que o verdadeiro motivo do embate se revela: num jogo especular, o vigário desconstrói a imagem do poeta e constrói uma outra imagem na qual se enquadra: desqualifica o saber do poeta, ao mesmo tempo em que se mostra capaz de produzir sátiras, apesar de não saber falar elegante.

*Não cuides me hás de escapar  
por mais oculto que estejas,  
para que magano vejas,  
Há, quem te possa ensinar:  
emenda esse teu falar,  
corta essa língua mordaz,  
vê, que este aviso te faz,  
quem ela mordido tem:*

Apesar de não ser sábio, acredita poder ensinar o poeta. Há aqui em evidência o desejo de suplantar uma forma de saber e estabelecer novos saberes e poderes: ao mesmo

tempo em que tenta interditar o riso do poeta, o vigário interpela-o a assumir outros modos de dizer. É em vista disso que afirmamos que o grande objeto do desejo e, em consequência, de luta, não era o resgate da honra dos satirizados, mas o próprio poder de satirizar. Era preciso silenciar o poeta, a fim de que a voz do vigário pudesse ressoar.

Merece destaque ainda, a recorrência da expressão *mas não o saiba ninguém* para a qual podemos destacar pelo menos duas significações que reforçam essa tensão entre um direito reconhecido e um poder almejado: no primeiro caso, a expressão aponta para um sentido irônico, que se justifica pela certeza do vigário de que todos saberão do seu ato e nos seus efeitos positivos. Acredita no seu poder/direito de corrigir o poeta como autoridade instituída. Sentido que se reforça com os versos seguintes:

*Já que a todos descompõe,  
quis agora por meu gosto,  
que ele fosse o descomposto,  
para ver se se compõe:*

O verso *quis agora por meu gosto* nos traz a impressão de autonomia, autoridade, enfim, poder socialmente instituído.

Entretanto, observa-se aí a possibilidade de uma outra significação que aponta para um mascaramento e consequente ocultação do sujeito que enuncia. Ele não se reconhece como tendo direito ao dizer, mas o diz escondendo a sua identidade e solicitando o segredo e a cumplicidade por parte do seu interlocutor. A ocultação da sua identidade - ou pelo menos de uma certa identidade - o livraria das sanções sociais e ainda lhe permitiria avançar no processo de reconfiguração do outro. Uma outra questão vai-se configurando e nos servirá de fundamento para a resposta à questão central desta pesquisa: que identidade estaria sendo ocultada e por que a tentativa de ocultá-la? A resposta será formulada a partir dos seguintes versos do 2º poema a compor o corpus deste estudo:

*Se a este podengo asneiro  
o Pai o alvanece já,  
a Mãe lhe lembre, que está  
roendo em um tamoeiro:  
que importa um branco cueiro,  
se o cu é tão denegrado!  
mas se no misto sentido  
se lhe esconde a negridão:  
milagres do Brasil são.*

Era, portanto, o vigário, mulato. Essa condição é, a nosso ver, a mola propulsora do grande conflito instaurado e identificável nos seus dizeres: se a sua condição de vigário assegura-lhe o direito a dizer (ainda que de uma certa forma e em um local determinado), as suas origens obrigam-no a se calar. Os versos que seguem permitem-nos verificar o conflito:

*como digo, hoje me toca  
meter minha colherada,  
que nem sempre ter calada  
a boca parece bem:*

A expressão *nem sempre* pode aqui ser identificada como a atualização da voz (muda) do negro que, ao mesmo tempo, buscava romper o silêncio. Com isso observamos que, apesar de a sequência discursiva apontar para um mesmo enunciador, as contradições detectadas a partir dos seus dizeres evidenciam a fragmentação do sujeito, denunciando posições ideológicas em conflito. Romper o silêncio impõe-se, assim, como uma tarefa difícil, pois pressupunha, em primeira instância, um reconhecimento do seu direito ao dizer e a reconstituição de uma nova identidade capaz de assumir sem conflitos aquela posição. Isto porque

(...) Tornar-se sujeito não é somente o crescimento do poder físico, do poder do corpo; é também o reconhecimento da valorização de uma imagem. É, portanto, o jogo dos modos de subjetivação que fazem e desfazem uma identidade, tecendo outra, desmontando e remontando os dados que definem o campo dos possíveis, agenciando, além disso, o direito e a capacidade, o texto e a realidade, as palavras e os corpos. (DEL PRIORI, 1997, p. 272)

Ou ainda, romper com *um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no espaço e no tempo que definiram em uma época dada e para uma era social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa*.(FOUCAULT, 2000, p. 136.). E isto se daria somente pela negação do Outro constitutivo do Eu. Do Outro que enuncia:

*Que há de pregar o cachorro,  
sendo uma vil criatura,  
se não sabe da escritura  
mais que aquela, que o pôs forro?  
[...]  
o Perro não sabe nada,  
e se com pouca vergonha  
tudo abate, é, porque sonha,  
que sabe alguma questão:*

Os versos acima dão a indicação das condições de exercício dessa prática discursiva. Não é sem razão que o vigário inicia sua sátira desculpando-se com seu público e pedindo atenção:

*Parece, que já começo  
a dizer alguma cousa,  
e para que o mundo me ouça,  
já mil atenções lhe peço:  
que não sou sábio, confesso,  
para falar elegante;*

Vemos, no confronto entre os trechos destacados, como o Outro emerge no Um, definindo o jogo dos modos de subjetivação e o entrecruzamento de diversas posições-sujeito que se debatem revelando uma forma-sujeito marcada pela fragmentação, e, em consequência, o que poderíamos chamar de *regionalizações* do riso.

Na sequência passaremos à análise do riso do poeta, sujeito enunciador que ganha voz no segundo e quarto poema recortados para análise.

#### 4.1.3. O RISO DO POETA

As sátiras do poeta (2º e 4º poemas do *corpus*) apresentam-se como respostas àquelas produzidas pelo vigário e desenvolvem-se em torno de duas questões: a primeira delas diz respeito ao fato de o vigário, sendo mulato, querer corrigir um homem branco:

*Que um Cão revestido em Padre  
por culpa da Santa Sé  
seja tão ousado, que  
contra um Branco ousado ladre:  
e que esta ousadia quadre  
ao Bispo, ao Governador,  
ao Cortesão, ao Senhor,  
tendo naus no Maranhão:  
milagres do Brasil são.*

e a outra refere-se ao fato de o vigário *em versos querer dar penada*. Analisaremos cada uma das questões em particular e o que elas nos revelam acerca do riso do poeta.

A primeira questão a ser destacada diz respeito, conforme já mencionamos acima, à raça do vigário. O sujeito enunciador questiona a ousadia daquele ao repreendê-lo. Não reconhece no vigário poderes para tanto, haja vista se tratar de um mulato. Esse dado é para nós digno de atenção. E para bem analisá-lo retomaremos aquele princípio segundo o qual *o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outros, enuncia a partir de sua inscrição ideológica*; e ainda, que *a voz desse sujeito revela o lugar social* (FERNANDES, 2005, p.25). Em vista disso questionamos: qual a inscrição socioideológica do poeta? De que lugar ele enuncia? A sequência abaixo extraída do quarto poema da sequência tomada para análise nos dirá:

*Não sabeis, Reverendo Mariola,  
Remendado de frade em salvajola,  
Que cada gota, que o meu sangue pesa  
Vos poderá a quintais vender nobreza?*

Era o *Nobre, o Branco, o Senhor*, que investia contra a possibilidade de reconfiguração dos saberes da FD que o constituiu sujeito, saberes que se constituem como exterior ao sujeito que enuncia.

A análise da conjuntura em que os poemas foram produzidos nos revelou a condição dos membros do clero em relação aos senhores: aqueles lhes eram, sob certos aspectos, subalternos. Ao tomar o ato do vigário/mulato como motivo de riso, o poeta permite que identifiquemos a sua inscrição sócio-histórico-ideológica: para a manutenção da hierarquia, era preciso refrear investidas que pudessem abalar a autoridade e o poder do patriarca, do nobre. Vê-se, assim, que é a manutenção da hegemonia, e em termos discursivos, dos saberes que configuram a forma-sujeito daquela FD, que está em jogo. Nesse sentido, se era vetado ao vigário o direito de corrigir dessa posição, como mulato isso era inadmissível. O mulato era um sujeito que, por consangüinidade, transitava entre o mundo dos nobres e a senzala:

*Se a este podengo asneiro  
o Pai o alvanece já,  
a Mãe lhe lembre, que está  
roendo em um tamoeiro:*

Ao abrir possibilidade para um mulato corrigir um *Branco*, provoca-se um enfraquecimento desse último em favor do primeiro; logo, a intervenção do mulato poderia promover uma *agitação nas filiações sócio-históricas de identificação*. É a unidade ilusória do UM que se encontra ameaçada pela possibilidade de reconfiguração dos saberes que o constitui sujeito. Ou, conforme Pêcheux ( 1997b, p. 117)

o que está em jogo é a *identificação* pela qual todo sujeito “se reconhece” como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe, etc. , ou ainda como turco, francês, alemão, etc., e como é organizada sua relação com *aquilo que o representa*.

Ao dotar esse sujeito daquele poder, poderia se colaborar na legitimação de relações que não estivessem dentro dos padrões morais vigentes e, por sinal, muito comuns no seio dessa formação social-ideológica: O mulato era já, na verdade, um perigo iminente:

*Que vos direi do Mulato,  
que vos não tenha já dito,  
se será amanhã delito  
falar dele sem recato:*

E não apenas no sentido de poder repreender um branco, mas, ainda, pela possibilidade de ocupar posições até então legitimamente ocupadas só por brancos. Daí também a crítica ao fato de o vigário querer produzir versos: *Já em versos quer dar penada*. Há, neste ato do poeta, uma tentativa de manutenção de um dado espaço social, o qual era assegurado por um conjunto de formulações que circulavam enquanto memória dizendo quem estava habilitado a desenvolver tal prática. Formulações do tipo

A poesia satírica não pode ser produzida por um simples ato de vontade ou mimetismo literário, exigindo predicados especiais de temperamento [...], mundividência e linguagem, não franqueadas a todos os poetas, mesmo em época de coletivização literária. (GOMES, 1985, p.20)

que fornecerão matéria-prima para a constituição das representações<sup>24</sup> nas quais *o sujeito se instalará, sentindo-se “aprisionado”, identificado com a completa estranheza de uma evidência familiar;* ( PÊCHEUX, 1997b, p.260) ou não! Já sabemos que o processo de identificação pode não ocorrer de forma plena, abrindo espaço para diferentes modalidades de subjetivação. Isto porque

a relação estabelecida com o sujeito do saber, ainda que marque o assujeitamento, não apaga a alteridade. Na FD, há espaço para diferentes sujeitos do discurso conviverem. Há uma forma sujeito/de ser sujeito, da qual não há como escapar, mas o modo como cada um se relaciona com ela determina a existência de diferentes representações. (DORNELES, 2000, p.169).

---

<sup>24</sup> Representação diz respeito, neste estudo, aos modos pelos quais em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais. (Cf. CHARTIER, 1996).

São essas representações que alimentam a produção do poeta, como se pode ver nos versos abaixo:

*Ilustre, e reverendo Frei Lourenço,  
Quem vos disse, que um burro tão imenso,  
Siso em agraz, miolos de pateta  
Pode meter-se em réstia de poeta?  
Quem vos disse, magano,  
Que fará verso bom um Franciscano?  
Cuidais, que um tonto revestido em saco  
O mesmo é ser poeta, que velhaco?  
Seres mestre vós na velhacaria  
Vos vem por reta via  
De trajar de burel essa libréia,  
E o ser poeta nasce de outra veia;*

As características destacadas na seqüência discursiva acima – burro, siso em agraz<sup>25</sup>, miolos de pateta, tonto – colocam-se como empecilho ao exercício da prática de produzir versos. E a razão disso pode ser detectada na seqüência que reproduzimos abaixo:

*Falais em qualidade,  
Tendo nessas artérias quantidade  
De sangue vil, humor meretricano,  
Pois nascestes de sêmen franciscano,  
E sobre vossa Mãe em tempos francos  
Caíram mil tamancos,  
De Sorte que não soube a sua pele,  
Se vos fundiu mais este, do que aquele:*

Tais questões estariam em conformidade com o que Courtine (1981) denominou de *aspectos da existência material de uma formação discursiva como memória*. São da ordem do domínio do saber de uma FD. E, nesse sentido, poderíamos pensar no fechamento fundamentalmente instável de uma FD. Vemos que os limites traçados acima pelo poeta dão a ver, ainda que de forma não definitiva, as condições de possibilidades de exercício daquela prática discursiva. E essas condições são dadas pelo

---

<sup>25</sup> Acreditamos que a expressão diz respeito a ausência de discernimento, insensatez.

interdiscurso da FD que domina a seqüência, como podemos atestar pelo depoimento abaixo transcrito:

Naquela época, havia uma triagem através de um processo chamado habilitação de gênero. O sujeito que fosse mestiço — tivesse sangue de mouro, de judeu, de africano, ou como eles chamavam, “sangue de infecta nação” — ou que descendesse de oficial mecânico não poderia freqüentar a Universidade de Coimbra nem ser nomeado pelo rei para exercer uma função de juiz. (PERES, 1996) Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/peres01.html>.

... tampouco produzir versos. Essa era uma prática reservada aos *sábios*, aos que *falassem elegante*, e invariavelmente, aos filhos dos Senhores que iam para a capital estudar nas Faculdades de Direito e lá adquiriam o dom da oratória, bem como o título de Doutor. Era, pois, uma prática discursiva regulada por um aparelho ideológico, condição que aponta para a repetibilidade, ainda que transitória. Ao aventar-se a possibilidade de o vigário-mulato *instituir-se* nesse lugar social, faculta-se a reconfiguração dos saberes próprios àquela FD pela incorporação de novos elementos e/ou apagamento de outros já consolidados. Se o ato de produzir for considerado legítimo, ainda que praticado por um mulato, promove-se uma *agitação* nos processos identitários, bem como na natureza das circunscrições dos sujeitos na ordem dos discursos. E isso não era algo impossível de acontecer naquela conjuntura: a reconstituição das CPs possibilitou-nos a observação de que a atividade intelectual apresentava-se aos elementos da camada intermediária - na qual se enquadra o vigário-mulato - como via de acesso social, permitindo, inclusive, o ingresso na nobreza de títulos, o acesso às funções não maculadas pelo trabalho físico.

Vemos, com isso, que o riso do poeta coloca-se como instrumento de imobilismo, como força capaz de impedir o avanço de forças opostas, como princípio de exclusão, como princípio de resistência.

Destacamos até este ponto aspectos referentes ao riso dos sujeitos enunciadorees. Daqui em diante passaremos à reflexão do papel do autor literário como uma forma sujeito

capaz de, através de sua produção, intervir tanto no que se refere à manutenção quanto à reconfiguração dos grupos que compõem a formação social da qual faz parte. E o faremos guiados pela questão que deu origem a esse estudo: de que forma o riso, em suas manifestações discursivizadas - em especial neste estudo, sob a forma de sátira - pode contribuir para a manutenção ou reconfiguração de grupos de poder já instituídos e socialmente bem aceitos, como também para o estabelecimento de grupos de poder emergentes?

#### 4.1.4. AUTORIA, LITERATURA E RISO

Para a reflexão que nos propomos a desenvolver acerca da autoria, importa destacarmos, em primeira instância, que o processo de constituição dos personagens, bem como dos recortes de temas risíveis é realizado pelo sujeito-autor, a partir de elementos do interdiscurso; operação, portanto, regulada pelo que Pêcheux denominou de esquecimento nº. 02. Assim, embora muitos insistam no caráter não ideológico da obra literária, na sua disjunção com a realidade, não podemos ignorar o trabalho do sujeito-autor. Sendo essa categoria uma das especificações da forma-sujeito, e estando, portanto, submetido ao registro do inconsciente e ao processo de interpelação ideológica, acreditamos ser possível detectar marcas de ideologias particulares em suas produções. Essas marcas, que acreditamos se presentifiquem de formas variadas, foram detectadas, nos poemas analisados, na clivagem realizada pelo autor a partir dos elementos tomados como risíveis, na constituição dos personagens e nos motivos apresentados pelos personagens para satirizar ao outro. Nesse sentido, mesmo que os fatos expostos em sua produção não sejam reconhecidos enquanto verdade histórica, ainda que fossem narrados *para fins intransitivos e não para agir diretamente sobre o real* (BARTHES, 1988, p.65), ao serem concebidos como risíveis, atuam como elementos capazes de impelir ou impedir a transformação de uma dada realidade, de uma dada representação. É o que pudemos observar nas sátiras acima analisadas. Quando o autor seleciona certos temas e *nenhum outro em seu lugar*, já demarca uma posição. Como vimos anteriormente, o riso do sujeito é, assim como os seus dizeres, um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social: o sujeito ri a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. É em vista disso que

podemos pensar na seleção dos temas como elementos que denunciam uma posição. O que nos revela o fato de se tomar como tema risível a mulher adúltera, o homem traído, as moças *desonradas*, o filho bastardo, o mestiço? Revela-nos a defesa de uma posição ideologicamente oposta a tais condições, posição esta ocupada pelo sujeito-autor.

Também o processo de constituição dos personagens é algo digno de atenção. Ao analisarmos as sátiras cujo sujeito enunciativo é o vigário, vimos que, para transformar o poeta em objeto de seu riso, ele apresenta caracteres que tendem a questionar a legitimidade da ocupação daquela posição pelo poeta. Ao apontar tais fatos, o vigário atualiza uma memória que diz sobre modos de ser e de fazer daqueles que são dignos de tal posição referendando assim uma certa representação: para ocupar aquele posto era necessário ser sábio, falar elegante e ser um homem honrado. Assim é que podemos dizer que *o discurso não tem como função constituir a representação fiel de uma realidade. No entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação.*(VIGNAUX, 1979 apud ORLANDI, 2002, p.73). A atitude do vigário conforma-se com a posição que ocupa naquela conjuntura: cabia-lhe o direito de restabelecer a ordem e zelar pelos bons costumes. Contraditoriamente, as atitudes do poeta (relatadas na sátira do vigário) tendem a abalar as estruturas de um sistema do qual é uma das peças. Suas ações põem em risco todo um conjunto organizado de regras sociais, fato que o transforma em motivo do riso. A crítica às atitudes do poeta apresenta-se, portanto, como forma de manter o vigor e aumentar a proteção da ordem social. O mesmo pode ser observado na sátira dirigida ao vigário. Ele não é criticado enquanto vigário, mas enquanto mulato. Não são as atitudes do vigário que causam estranheza ao poeta, mas a ousadia do mulato.

Essa constatação vem confirmar o que destacamos no capítulo anterior em relação ao trabalho do sujeito-autor: mesmo utilizando-se de estratégias discursivas para organizar o seu dizer, o sujeito o faz a partir da matéria-prima fornecida pelo interdiscurso enquanto pré-construído; mesmo num ato considerado no nível pré-consciente-consciente, o sujeito se vale dos recursos que lhe são disponibilizados pelo interdiscurso enquanto pré-construído. O que diz e o como diz estão intimamente relacionados com a forma sujeito assumida no interior de determinada formação discursiva. Isto porque

*toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas.*( PÊCHEUX, 1997B, p. 213). E ainda:

a literatura dialoga com uma exterioridade perpassada pela história, que constitui memória discursiva em diferentes produções e implica efeitos de sentido decorrentes da inscrição dos sujeitos e dos discursos em diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos. (FERNANDES,2005) Disponível em <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sentido/Cleudemar.pdf>> Acesso em 10/03/2006.

Importa, ainda, destacarmos que, embora haja a possibilidade de autoria dupla nos poemas analisados, as seqüências tomadas para análise poderiam ser inscritas numa FD cujos saberes concorrem para a manutenção de uma dada posição hegemônica. Esse dado também nos parece digno de atenção, já que define a ocorrência de uma regularidade<sup>26</sup> no todo do *corpus*: tenta-se assegurar a imagem ilibada da família patriarcal, com todos os seus valores e sua forma de relacionar-se no seio daquela formação social: mulheres recatadas, virtuosas; homens honrados. Os argumentos apontam para a manutenção/fortalecimento desse grupo hegemônico. Isso nos daria subsídios para dizermos que estamos diante de um projeto que responde aos interesses da ideologia dominante no período colonial, haja vista que o sujeito é, neste estudo, tomado *como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras.* (MUSSALIM, 2003, p.110). Poderíamos, com isso, dizer que o conjunto das sátiras aqui analisadas apresenta-se como instrumento eficaz na contenção de forças opositoras àquele sistema, na defesa das tradições e da ordem estabelecida. Tudo concorre para o fortalecimento/manutenção do patriarcado.

Há um dado, porém, que não pode ser ignorado, por se colocar como via aberta à reconfiguração das relações estabelecidas no período: a ousadia do mulato ao corrigir um nobre. Esse dado poderia contrariar a tese de que os autores das sátiras defenderiam

---

<sup>26</sup> Regularidade deve aqui ser entendida conforme Santos (2004, p.114): evidências significativas, observadas na conjuntura enunciativa da manifestação discursiva em estudo. Essas evidências aparecem como elemento de recorrência, de idiossincrasia enunciativa, ou ainda, de efeito provocado pela natureza da organização dos sentidos na enunciação.

a mesma posição dentro daquele sistema, e, talvez, se colocasse ainda como via para resolver a polêmica acerca da autoria dos poemas, questão colocada na introdução deste capítulo, mas que não será aqui aprofundada por não ser objetivo deste estudo. Porém, ao analisarmos mais detidamente as sátiras do vigário, veremos que há na construção desse personagem um trabalho de exposição de sua maior fraqueza, qual seja, o desejo de ocupar os postos destinados aos doutores. Ao instituí-lo como autoridade capaz de corrigir o poeta, cria-se a ilusão de abertura a uma possível reconfiguração dos quadros hierárquicos. Mas essa ilusão de poder logo é suplantada por argumentos esvaziados dos conhecimentos necessários àqueles que podem assumir tal *status*. É o que se pode destacar nos versos em que o vigário acusa o poeta de ter furtado as sátiras de Quevedo:

*Doutor Gregório Gadanha,  
pirata do verso alheio,  
caco, que o mundo tem cheio,  
do que de Quevedo apanha:  
já se conhece a maranha  
das poesias, que vendes  
por tuas, quando as empreendes  
traduzir do Castelhana;  
não te envergonhas, magano?  
Cuida o mundo, que são tuas  
as sátiras, que acomodas,  
suponho que a essas todas  
pode chamar obras suas:  
os rapazes pelas ruas  
o andam publicando já,  
e o mundo vaia te dá,  
quando vê tal desengano  
não te envergonhas, magano?  
3 O soneto, que mandaste  
ao Arcebispo elegante  
é do Gôngora ao Infante  
Cardeal, e o furtaste:  
logo mal te apelidaste  
o Mestre da poesia  
furtando mais em um dia,  
que mil ladrões em um ano:  
não te envergonhas, magano?*

As questões postas como motivo de crítica revelam o total desconhecimento do seu enunciador em relação à arte de produzir versos no período. Segundo Brandão(2001), na poesia da Colônia, a noção de imitação tinha um sentido amplo, compreendendo toda figuração ou efeitos plásticos. E ainda,

A grande maioria da produção poética colonial, entretanto, e as suas auto-referências o comprovam, se inclui na noção de imitação poética como simples reprodução das soluções dos grandes poetas do passado. Ao autor colonial, influenciado pelas correntes clássicas, constituía evidente valor positivo procurar imitar aqueles modelos: os gregos, os latinos, os espanhóis, os italianos e os portugueses. (Idem, 2001, p. 14)

Em vista disso, destacaríamos no processo de construção do vigário a realização de uma crítica que recai sobre si mesma. Se se pretende um esboço de reação na sua atitude, ela é totalmente destruída na sátira do poeta que, ao destacar a ignorância daquele, garante a atualização dos saberes necessários à assunção daquela forma-sujeito. Assim, qualquer possibilidade de reconfiguração das relações, poderia estar comprometida e o riso mais uma vez funcionaria como *instrumento de imobilismo e não de inovação* (MINOIS, 2003, p. 87). Tese que ganha reforço pela análise do ethos<sup>27</sup> dos personagens, o qual resulta também de um trabalho realizado pelo sujeito-autor: há na constituição do sujeito vigário um trabalho de simulação que desemboca no retorno ao *mesmo*: a manutenção da hierarquia é mantida pelo tom de humilhação *assumido* pelo vigário, reforçado pelas reiteradas justificativas expostas para satirizar o outro. Para uma melhor compreensão do processo de composição do ethos dos personagens vejamos como se organizam as suas sátiras. Na primeira delas, o sujeito enunciator, o vigário, assumindo, inicialmente um tom de modéstia, solicita a atenção de seu público,

*e para que o mundo me ouça,  
já mil atenções lhe peço:  
que não sou sábio, confesso,  
para falar elegante;*

para, logo em seguida, num tom judicativo, apresentar os delitos cometidos pelo poeta. Por fim, apresenta-se como conselheiro, modelo de virtude a ser seguido:

---

<sup>27</sup> diz respeito à *imagem que o enunciator constrói de si em seu discurso*. Refere-se, assim, a um certo *status* o qual o enunciator deve conferir a si e ao seu destinatário para legitimar seu dizer: *ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber*. (AMOSSY, 2005, p.16).

*Há, quem te possa ensinar:  
emenda esse teu falar,  
corta essa língua mordaz,  
vê, que este aviso te faz,  
quem ela mordido tem:  
mas não o saiba ninguém.*

No que diz respeito às sátiras cujo sujeito enunciador é o poeta, é possível observar a prevalência de um tom marcado pela ironia e arrogância, como podemos detectar nestas seqüências:

*Que um Cão revestido em Padre  
por culpa da Santa Sé  
seja tão ousado, que  
contra um Branco ousado ladre:  
e que esta ousadia quadre  
ao Bispo, ao Governador,  
ao Cortesão, ao Senhor,  
tendo naus no Maranhão:  
milagres do Brasil são.*

[...]

*Ilustre, e reverendo Frei Lourenço,  
Quem vos disse, que um burro tão imenso,  
Siso em agraz, miolos de pateta  
Pode meter-se em réstia de poeta?*

Um esboço de autoridade é desenhado nos quatro primeiros versos da primeira sátira do vigário, momento no qual enuncia

*Hoje a Musa me provoca,  
a que bem pelo miúdo  
nada cale, e diga tudo,  
quanto me vier à boca:*

Todavia já vimos que esse tom arrogante, designativo de um sujeito que se encontra em posição hierárquica de dominância, logo é substituído por uma retificação, enunciada num tom mais humilde mostrando claramente que os quatro primeiros versos são uma apropriação de uma outra voz. Estamos, portanto, diante de uma forma de heterogeneidade mostrada e podemos dizer, a partir dos elementos que nos foram

fornecidos pelo interdiscurso, que os dizeres ali expostos são uma apropriação da voz do poeta.

E o que isso pode nos revelar? As relações hierárquicas ficam claras aí e por estarem em circulação, inscrevem-se na instância de acontecimento, em um domínio da atualidade e tendem a reforçar-se: o vigário-mulato, para poder aconselhar, corrigir, necessita da adesão do público. Isso indica, como acreditamos ter explicitado mais acima, a *ocupação indevida* de uma posição enunciativa e, ainda, uma posição de submissão. Há nos dizeres do vigário uma certa reverência ao poeta, mesmo em posição de crítico, ele o faz com certas reservas, daí o fato de estar sempre voltando sobre o fio do seu discurso para dar explicações sobre o seu ato. Daí as reiteradas justificativas:

*A todos sátiras fez,  
sem ninguém excetuar,  
porém não lhe há de faltar,  
quem lhe faça desta vez:*

[...]

*e por ver já cousa charra,  
o não ter ele vergonha,  
é razão, que o descomponha  
de quanto à boca me vem:  
mas não o saiba ninguém.*

[...]

*Já que a todos descompõe,  
quís agora por meu gosto,  
que ele fosse o descomposto,  
para ver se se compõe:  
mil males sobre si põe,  
quem de todos fala mal,*

Já o poeta, aquele a quem cabia o direito, reconhecido pelo sangue, de enunciar, tem a adesão do seu auditório garantida, apesar do tom arrogante e irônico.

É neste sentido que afirmamos que a construção do personagem é realizada a partir de elementos do interdiscurso: observemos que os traços que compõem o personagem

vigário, encontram-se em consonância com o que nos é dado pelo interdiscurso acerca da atuação dessa forma-sujeito no período. Já nesse ponto nos é permitido ver como o autor é afetado pelas representações do seu tempo. Todo o seu projeto encaminha-se no sentido de assegurar a permanência de uma dada representação, sempre condicionado pelas possibilidades oferecidas no interior da formação discursiva (a qual impõe uma forma sujeito) entre esta ou aquela forma de comunicar, selecionando este ou aquele argumento. Seja no recorte dos temas risíveis, na construção dos personagens, tudo parece concorrer para a manutenção dos grupos de poder já instituídos e socialmente bem aceitos. Essa clivagem realizada pelo autor ao dar voz a um enunciador é justamente a marca ideológica.

Todavia, já sabemos que os sentidos não são cristalizações, pois *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro* (PÊCHEUX, 2006, p. 53); Assim, mesmo diante de um projeto que ideologicamente responda pela manutenção de determinadas representações, é possível a produção de certos efeitos de sentido que concorreriam para a sua reconfiguração. No caso das sátiras em estudo, essa possibilidade não está descartada. Os efeitos de sentido que daí resultarão já sabemos que não será único. Podemos indicar, nesse ponto, pelo menos dois sentidos possíveis, um que contribui para o estabelecimento de grupos de poder emergente e o outro, para fortalecimento das hierarquias vigentes. Aqueles que desconhecessem as normas relativas à produção literária do período, fariam eco ao riso do vigário, fortalecendo o seu prestígio, a sua posição dentro daquele sistema, e promovendo o apagamento de uma memória, cujas formulações tendem a reforçar o estereótipo do mulato ignorante e ousado; já os conhecedores das convenções, possivelmente, referendariam aquele estereótipo. Essas questões tendem a se complicar se pensarmos na contradição constitutiva de toda FD, cujo domínio de saber comporta em seu interior não apenas a igualdade, mas também a divergência. Sabemos que as formações ideológicas *formam um conjunto complexo e heterogêneo, o qual comporta posições de classes muito diversas que vão “negociando” espaços por um duplo movimento de desigualdade – subordinação entre as regiões ideológicas* (DE NARDI, 2005, p. 160), que o sujeito é sempre um devir, está sempre se constituindo e que as relações estabelecidas tendem a transformá-lo continuamente. Nesse sentido, não podemos descartar a possibilidade de

um sujeito, afetado pela alteridade que lhe é constitutiva, mesmo estando em uma posição social diametralmente oposta à do sátiro, referendar com o seu riso a crítica daquele. Da mesma forma, o fato de um sujeito ocupar a mesma posição social que o sátiro, não implica necessariamente em garantia de concordância com este, haja vista ser a contradição *um fantasma que habita toda e qualquer FD*.

Todo esse trajeto que construímos até aqui pretendeu dar conta do papel do autor literário como uma forma-sujeito capaz de, através de sua produção, intervir tanto no que se refere à manutenção quanto à reconfiguração dos grupos que compõem a formação social da qual faz parte, conforme já havíamos destacado na introdução desse tópico. Da reflexão realizada, acreditamos ter explicitado a responsabilidade do sujeito-autor, o qual, ao *se instalar* como sujeito no interior de uma FD, é levado a acionar um conjunto de saberes que se constituirão em matéria-prima para sua produção. Trata-se de um sujeito que *ao representar-se ou representar, o faz sob o efeito das formações ideológicas e imaginárias que o dominam, vinculado, portanto, a uma FD cujo saber se configura como estrutura a ser redesenhada pela discursividade*. (DORNELES, 2000, p.168). Logo, um sujeito que, com o seu riso, é capaz de abalar as estruturas vigentes ou reforçá-las, fato que transforma a sua produção num poderoso e perigoso instrumento de luta ideológica.

***O riso é a mão de Deus sob o mundo conturbado***

Vovó... Zona 2  
Martin Lawrence

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Exaltar o riso ou condená-lo, colocar o acento  
cômico sobre uma situação ou sobre uma  
característica, tudo isso revela as mentalidades  
de uma época, de um grupo, e sugere sua visão  
global do mundo.*

Georges Minois

Dado o percurso até aqui traçado por nós, muitas poderiam ser as questões com as quais nos ocuparíamos para fechar, ainda que provisoriamente, este estudo. Poderíamos, por exemplo, dar destaque à natureza constitutivamente ideológica do riso, ao seu caráter regional, haja vista tratar-se de uma prática de um sujeito que se encontra - ainda que de forma tensiva e sempre em processo de mobilidade - inscrito *no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas* (PÊCHEUX, 1997b, p. 213). Poderíamos, ainda, traçar um esboço da análise, retomando aspectos relativos à inscrição ideológica do autor literário e do impacto de sua produção como elemento capaz de intervir na manutenção ou reconfiguração dos quadros hierárquicos: como vimos, o autor é apenas mais uma das tantas formas *assumidas em sujeito*, fato que nos permitiu evidenciar o caráter ideológico da sua produção. Ou, ainda, retornar ao século XVII, ao Brasil Colonial e ali pensar a força político-ideológica do riso satírico, tecendo comentários acerca da sua aparição numa sociedade marcada pelo antagonismo entre forças em estado de decadência e ascensão, organizada por uma complexa hierarquia de status, estrutura bastante favorável à produção e proliferação de um gênero, o qual para se expandir *precisa de certa estabilidade do contexto sócio-político, naturalmente para poder definir seus alvos* (Minois, p. 2003, p. 44), os quais, conforme afirma o historiador do riso e do escárnio, seriam os grupos dominantes, aqueles que impõem sua vontade e controlam seus valores. No nosso estudo, pudemos observar, no entanto, que também os dominados podem vir a se tornar objeto de crítica, quando se tornam uma ameaça à conservação da dominância.

Talvez fosse este, ainda, o lugar mais propício para ratificarmos a discussão sobre o caráter de documento-monumento conferido ao objeto literário, condição que nos permitiu especificar sob quais aspectos esta produção poderia ser tomada como instrumento de luta ideológica, desfazendo assim o caráter de monumento que acreditamos ter-lhe sido conferido por determinadas correntes da crítica e historiografia literária.

Muito prudente seria, talvez, avaliar aqui a eficácia das hipóteses que acreditamos terem sido confirmadas no decurso da análise: O riso - sob a forma discursivizada da sátira - funciona, de fato, como uma espécie de recado, de ajuste de contas, uma espécie de *trote social*: um sujeito, ao sentir o seu poder abalado por um outro, transforma-o em motivo de riso, numa tentativa de coibir a sua ação e garantir a manutenção da ordem vigente. O riso mostrou-se um instrumento eficaz de interpelação ideológica; o agenciamento de novos adeptos ao riso de um determinado grupo ideológico assegura o seu fortalecimento/manutenção, daí o perigo de o riso proliferar indefinidamente.

Contudo, o desejo de completude, a busca pelo fechamento persiste e como *o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há “alguma coisa por trás”*, confirmando a não-resolução da questão (PÊCHEUX, 1997b, p. 87-88), voltamo-nos para o ponto inicial, para a questão que ainda pulsa, impertinente desafio lançado à reflexão: o que há de tão perigoso e poderoso no fato de as pessoas rirem e de seu riso proliferar indefinidamente?

E como prenúncio do início - propriamente dito - desse fim, lançamos novas questões que remetem ao velho problema: quem já não foi acometido pela sensação de constrangimento pelo fato de ter sido tomado como alvo de crítica, objeto de riso? Onde estaria concentrada a raiz de tamanho desconforto?

A resposta a essas questões acreditamos que convergem para um único centro: o princípio de exclusão que permeia essa prática e que coloca em risco a unidade imaginária do *eu*, a nosso ver, princípio de coerência e sobrevivência do sujeito.

Há que se destacar, antes de quaisquer desdobramentos dessa proposição, que o fato de estarmos tratando da unidade do sujeito, não estamos considerando-a de forma homogeneizada. Todo o percurso que desenvolvemos até aqui tentou dar conta de explicitar que essa unidade trata-se de uma unidade dividida, heterogênea, sempre invadida pelo *Outro*. Neste sentido, o *registro da alteridade institui-se então simultaneamente ao da formação subjetiva* (TEIXEIRA, 2005, p. 78). E por isso, *eu sei quem “eu” sou em relação com o “outro” [...] que eu não posso ser*. Isso implica o que dissemos em capítulos anteriores: a unidade imaginária do EU se constitui em alteridade com a unidade imaginária do Outro. Essa unidade pode ser vista como uma espécie de corte sincrônico na instável e móbil estrutura do sujeito.

Assim, nós nos constituímos sujeito a partir dessa unidade: ilusória, dividida, heterogênea, provisória, mas uma unidade. E é armado desse eu imaginário, que, para Lacan, implica uma alienação do sujeito, que o sujeito é então capaz de agir de maneira socialmente apropriada (idem, p. 75). Tratando nos termos da AD, diríamos que esse *agir de maneira apropriada* corresponderia à tomada de posição na qual haveria uma identificação plena entre os saberes que identificam o sujeito-universal e o indivíduo que se reconhece como sujeito no interior de uma FD. Essa tomada de posição garantiria a manutenção daquela unidade ilusória pela reprodução, pela repetibilidade. Todavia, como já sabemos, somente uma *captura* sem falhas poderia desembocar nesse processo e sendo essa unidade heterogênea, sempre habitada pelo *diferente*, há sempre a possibilidade de o sujeito vir a *agir de maneira inapropriada*, colocando em risco uma dada unidade, para constituir-se em outra, fato que culminaria num enfraquecimento da primeira. Para refrear tal possibilidade, transforma-se o sujeito em objeto de riso, numa tentativa de garantir a manutenção da unidade. Com isso efetua-se o processamento da exclusão, e, como consequência, a perda do sentimento de pertença. Chegamos, pois, assim, ao âmago da questão acerca dos poderes e dos perigos do riso: todo sujeito necessita perceber-se como membro de um grupo que o inclui e lhe dá sentido: *nenhum homem é uma ilha, sozinho em si mesmo; cada homem é parte do continente, parte do*

*todo*<sup>28</sup>. Os homens são, assim, seres sociais e não criaturas isoladas. É aqui justamente que se concentra todo o poder do riso enquanto procedimento de exclusão: ele é capaz de provocar fissuras nos processos identitários, já que o eu, ao ser tomado por objeto de riso, passa a não mais ser identificado enquanto parte de um todo. Ele se torna objeto de riso justamente pelo rompimento com a estrutura que o constitui. Daí a sensação de constrangimento provocada naqueles que são tomados por seu alvo.

É necessário destacarmos que, possivelmente, só produzirá efeitos no sujeito o riso daquele OUTRO<sup>29</sup> com o qual se identifica, pois

as relações imaginárias são definidas por duas características proeminentes: amor (identificação) e ódio (rivalidade). Na medida que o outro é igual a mim, eu amo e me identifico com ele, e sinto seu prazer ou dor como meus. [...] A rivalidade em tais relacionamentos gira em torno de símbolos de *status* e envolve uma variedade de outros elementos simbólicos e lingüísticos também. O que caracteriza tais relacionamentos é que as duas partes se vêem como mais ou menos iguais. (FINK, 1998, p.109-110).

Assim, diríamos que quanto mais imerso na *arquitetura do OUTRO*, mais sujeito aos efeitos destrutivos do riso, porque, conforme Teixeira (2005), é essa arquitetura *que ordena, organiza o mundo imaginário ao qual o sujeito se aliena como “moi”*.

Convém, por outro lado, estarmos atentos para o fato de que tais efeitos encontram-se na ordem das possibilidades e sempre podem vir a ser outro, já que essa unidade constitutiva do sujeito não é uma cristalização: *dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas* (HALL, 2001, p. 13). Ademais, o fato de um sujeito agir de *maneira inadequada* em relação ao padrão que o domina, já

---

<sup>28</sup> Por John Donne, poeta inglês do século XVI.

<sup>29</sup> Ao nos referirmos ao OUTRO e não ao outro é porque consideramos os aspectos discursivos que constituem este último. Ele é aqui visto como uma função discursiva.

denuncia a efetivação de um deslocamento ou uma tomada de posição contrária. E aquilo que para alguns pode causar instabilidade, para outros pode vir a se constituir como *movimento positivo e infinito que põe em xeque as exclusões efetuadas pela razão e que mantém o nada na existência.*<sup>30</sup>

Feitas essas considerações resta-nos tentar colocar um ponto final nesta questão que ainda insiste, por não se completar haja vista a ausência dos saberes necessários para ir adiante. Conclui-se, portanto, amargando o sabor da necessidade de ter de prosseguir...

---

<sup>30</sup> Joachim Ritter, filósofo alemão, citado por Alberti (2002, p.12).

## REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível** na história do pensamento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

ABRIL MULTIMÍDIA. **Almaque Abril**, a sua fonte de pesquisa. Compact disc data storage  
Fabricado pela Microservice, São Paulo: 1996.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ARÊAS, Vilma. Iniciação à comédia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ARISTÓTELES – **A Poética Clássica**: *Aristóteles, Horácio e Longino*; introdução de Roberto de Oliveira Brandão; tradução do grego e do latim por Jaime Bruna. São Paulo, Cultrix. . 12. ed. 1997.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1987.)

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. Prefácio Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.p.65.

BERGSON, Henri. **O riso**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRAIT, Beth. Estudos lingüísticos e estudos literários: fronteiras na teoria e na vida. In: FREITAS, A.C.; CASTRO, M.F.F.G. (org.). **Língua e literatura**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2003. p.13-23.

BRAGA, Maria Lucia Santaella. **As três categorias peircianas e os três registros lacanianos.** Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641999000200006&lng=en&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200006&lng=en&lng=en&nrm=iso). Acesso em 05/04/2007.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **Poética e poesia no Brasil (colônia).** São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII, Fundação Universidade de Brasília: Editora UnB, s/d.

\_\_\_\_\_. **Práticas de Leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CARDOSO, Silvia Helena Cardoso. O Poder do Riso. In: **Revista Cérebro e Mente.** Universidade Estadual de Campinas. Junho 2001. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n15/mente/laughter2/info-ciencia.html>>. Acesso em 16 de outubro de 2004.

CASTRO, Elaine C. Administração Colonial. Disponível em <[http://www.fafich.ufmg.br/pae/index\\_arquivos/Apoio/AdministracaoColonialGeral.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/pae/index_arquivos/Apoio/AdministracaoColonialGeral.pdf)>. Acesso em 23 de agosto de 2006.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 4ª reimpr. da 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHOCIAY, Rogério. **Os metros do Boca:** teoria do verso em Gregório de Matos. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista 1993.

COURTINE, J-J. & MARANDIN, J-M. Quel objet pour l'analyse du discours?. In: **Materialités Discoursives.** Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

DEL PRIORI, Mary. Ao Sul do Corpo – Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

\_\_\_\_\_. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História** – Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Identidade memória e os modos de subjetivação. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 157-166.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. Nas representações do sujeito os vestígios da partição. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000. p. 168-175.

ESPÍNOLA, Adriano. **As artes de enganar**. Um estudo das máscaras poéticas e biográficas de Gregório de Matos. Rio: Topbooks, 2000.

FERNANDES, C. A. Lingüística e História: formação e funcionamentos discursivos. In: FERNANDES, C.A. & SANTOS, J.B.C. (org.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: EntreMeios, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas , 2005.

\_\_\_\_\_. **Literatura: forma e efeitos de sentido**. Disponível em < <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sentido/Cleudemar.pdf>>. Acesso em 10/03/2006.

FINK, Bruce. O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo. Trad. Maria de Lourdes Sette Câmara; consultoria: Mirian Aparecida Nogueira Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FOUCAULT, M. **O que é um Autor?** Lisboa: Passagem, 1992.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução L.F.B.Neves. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8.ed.

São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standart* brasileira. Com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistidos por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.v.8.

GOMES, J. C.T. **Gregório de Matos, O Boca de Brasa**: um estudo de plágio e criação intertextual. Petrópolis: Vozes, 1985.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Clara Luz, 2004.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Memória e História**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LIMA, Mons. Maurílio César de. **A Arquidiocese do Rio de Janeiro**: referência histórica. Disponível em  
<<http://www.arquidiocese.org.br/paginas/referenciahistorica.htm>> Acesso em 18/08/2006.

LINS, Maria da Penha Pereira. **O humor em tiras de quadrinhos: uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda**. Vitória: Grafer, 2002.

LYONS, John. **Língua(gem) e Lingüística**: uma introdução. Tradução: M.W. Averborg e C. S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987. 270p. Tradução de: Language and Linguistics.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Trad. Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MATOS, Gregório de. **Obras Completas**. 7 vols. Edição Universitária. V. IV. Sd.

MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à lingüística** : domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2003. p. 101-142.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso – Princípios e procedimentos**. 4.ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. La frontière absente (um bilan). In: **Matérialités Discursives**. Colloque des 24,25,26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires, 1981.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3.ed. Trad. E. P. Orlandi [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b.

\_\_\_\_\_. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PEREIRA Maria Angélica. **Concubinato: traço cultural do Brasil Colonial**. In: CAOS: Revista Eletrônica de Ciências Sociais. N°04, agosto de 2002. disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/caos/04-pereira.html>. Acesso em 20/04/2007.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da Língua: análises lingüísticas de piadas**. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à lingüística** : fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.

RASKIN, VICTOR. **Semantic mechanisms of humor**. Dordrecht, Holland: Reidel Publishing Company: 1985.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1997.

ROSAS, Marta. **Tradução de humor: transcribando piadas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SANTOS, J.B.C. **Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos**. In: FERNANDES, C. A; SANTOS, J.B.C. (orgs.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: EntreMeios, 2004.

SARGENTINI, V.M.O. **A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso**. 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead/simposios.html>. Acesso em: 12 abril 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SODRÉ, N. Wernek. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise do Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. **Os movimentos do silêncio: espelhos de Jorge Luís Borges**. 2002. 260f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

WELLEK, R. & WARREN, A. **Teoria da Literatura.** Trad. de José Palla e Carmo  
5.ed. Publicações Europa-América: Biblioteca Universitária.

## ANEXOS



## CRÔNICA DO VIVER BAIANO SEISCENTISTA<sup>31</sup>

**Esta satyra dizem que fez certa pessoa de autoridade ao poeta, pelo ter satyrizado,  
como fica dito, e a publicou em nome do Vigário Lourenço Ribeiro**

1 Hoje a Musa me provoca,  
a que bem pelo miúdo  
nada cale, e diga tudo,  
quanto me vier à boca:  
como digo, hoje me toca  
meter minha colherada,  
que nem sempre ter calada  
a boca parece bem:  
mas não o saiba ninguém.

2 Parece, que já começo  
a dizer alguma cousa,  
e para que o mundo me ouça,  
já mil atenções lhe peço:  
que não sou sábio, confesso,  
para falar elegante;  
porém digo, andando avante,  
que vejamos o desdém;  
mas não o saiba ninguém.

3 Conheça toda a Bahia,  
quem é o sátiro magano,  
que lhe há feito tanto dano  
desonrando-a cada dia:  
pois sem ser de estrebaria,  
mais do que um burro esfaimado,  
se jacta de grão letrado,  
sendo asninho parlafrém:  
mas não o saiba ninguém.

4 Ser a todos preferido  
no saber, é, o que pertende:  
porém quem se não entende,  
mal pode ser entendido:  
mas se é sábio, e advertido,  
como em vez de achar ventura  
foi topar na cornadura,  
que demasiada tem:  
mas não o saiba ninguém.

5 Quis por ser em tudo novo,  
que é somente o que ele quer,  
ter consigo uma mulher,  
que é também de todo o povo:  
eu só nesta parte o louvo  
de discreto, e de entendido,

---

<sup>31</sup> MATOS, Gregório de. **Obra Poética**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

pois que quis ser seu marido  
juntamente com mais cem;  
mas não o saiba ninguém.

6 Como cão, que acha dinheiro,  
se contentou da consorte,  
que merecendo-lhe a morte,  
existe a puta em viveiro:  
imaginou ser primeiro,  
porém outros antes dele  
lhe tinham surrado a pele,  
que ele rói d'aquém d'além:  
mas não o saiba ninguém.

7 Por segundo caracol  
se deve já conhecer,  
porque lhe há posto a mulher  
os cornos, que deita ao sol:  
por tal o tenho em meu rol  
para o meter em dous fornos,  
porque lhe aqueçam os cornos,  
e se lhe contem também:  
mas não o saiba ninguém.

8 De Vulcano sei, que herdou  
o saber mui bem malhar,  
não a Bártolo ensinar,  
como sei, que se gabou:  
se dissera; que o forjou  
seu Avô estando malhando,  
crédito lhe iria dando,  
segundo aqui se contém:  
mas não o saiba ninguém.

9 Nunca soube fazer verso,  
senão como tiririca,  
porque como ela é, que pica,  
e corta todo o universo:  
pica a todos por perverso;  
mas foi ele bem picado,  
conforme nos hão contado,  
os que de Lisboa vêm:  
mas não o saiba ninguém.

10 Com levar tantos vaivéns  
ficou com cara mui leda  
letrado de três a moeda,  
ou de três por dous vinténs:  
só lhe dão os parabéns  
outros asnos como ele,  
como se ele fosse alguém:  
mas não o saiba ninguém.

11 Que fora Juiz, se alista  
este burro, este asneirão,  
e com tal jurisdição

nada teve de Jurista:  
e por mais que ser insista  
Juiz, como significa,  
então maior asno fica,  
dos que vão, e dos que vêm:  
mas não o saiba ninguém.

12 Mui contente, e muito ledo  
mostra, que não tem mais trato,  
do que arranhar como gato  
no Parnaso de Quevedo:  
traz o mundo em um enredo  
com sátiras tão malditas,  
que achando-as em livro escritas  
se admiram todos, que as vêem:  
mas não o saiba ninguém.

13 Todas as tenho contadas  
neste Parnaso das Musas,  
que ficaram mui confusas,  
vendo, que as tinhas furtadas:  
ao português retratadas  
no castelhano as acharam,  
e como mudas ficaram  
posto que não vai, nem vem:  
mas não o saiba ninguém.

14 A todos sátiras fez,  
sem ninguém excetuar,  
porém não lhe há de faltar,  
quem lhe faça desta vez:  
se eu estou bem nos meus três,  
agora fica talhado,  
pois o corte, que lhe hei dado,  
parece, que lhe está bem:  
mas não o saiba ninguém.

15 Que fora Juiz de fora,  
diz, que passa na rivera,  
mas que fora de Juiz era,  
afirmarei eu agora:  
porque em seu peito não mora,  
nem justiça, nem razão,  
pois não está em sua mão  
jamais poder falar bem:  
mas não o saiba ninguém.

16 Mui caro lhe tem custado  
o mais do que tem escrito,  
pois o não livrou seu dito,  
dos que lhe haviam jurado:  
o muito, que tem falado,  
(se acaso me não engano)  
me fez ouvir, que a Fulano

mataram, e eu direi quem:  
mas não o saiba ninguém.

17 Por debaixo de uma amarra  
na Nau, em que se embarcou,  
este magano escapou  
té sair fora da barra:  
e por ver já cousa charra,  
o não ter ele vergonha,  
é razão, que o descomponha  
de quanto à boca me vem:  
mas não o saiba ninguém.

18 Boca, que males há feito,  
bem é, que males se faça,  
boca, que para mordança  
só parece, que tem jeito:  
eu se isto tomar a peito,  
juro a Deus onipotente,  
não lhe deixar um só dente,  
pois que morde, e diz a quem:  
mas não o saiba ninguém.

19 Já que a todos descompõe,  
quis agora por meu gosto,  
que ele fosse o descomposto,  
para ver se se compõe:  
mil males sobre si põe,  
quem de todos fala mal,  
e assim que já cada qual  
me pode dizer amém:  
mas não o sabia ninguém.

20 De Cristão não é, senão  
de herege, tudo, o que obra,  
pois nele a heresia sobra,  
e lhe falta o ser cristão:  
remetê-lo à Inquisição  
já uma vez se intentou,  
mas bem veis, quem atalhou,  
senhores, tão grande bem:  
mas não o saiba ninguém.

21 Digo-te já de enfadado,  
que se fores atrevido,  
não só te há de ver perdido,  
mas sim de todo acabado:  
olha, que o que tens falado,  
é mui bastante motivo  
para te não deixar vivo,  
do teu falar mal te vem:  
mas não o saiba ninguém.

22 Não cuides me hás de escapar  
por mais oculto que estejas,  
para que magano vejas,

Há, quem te possa ensinar:  
emenda esse teu falar,  
corta essa língua mordaz,  
vê, que este aviso te faz,  
quem ela mordido tem:  
mas não o saiba ninguém.

**Escandalizado o poeta da satyra antecedente, e ser publicada em nome do Vigário de Passe Lourenço Ribeiro homem pardo, quando elle estava innocente na factura della, e callava porque assim convinha: lhe assenta agora o poeta o cacheyro com esta petulante sátira.**

- 1 Um Branco muito encolhido,  
um Mulato muito ousado,  
um Branco todo coitado,  
um canaz todo atrevido:  
o saber muito abatido,  
a ignorância, e ignorante  
mui ufano, e mui farfante  
sem pena, ou contradição:  
milagres do Brasil são.
- 2 Que um Cão revestido em Padre  
por culpa da Santa Sé  
seja tão ousado, que  
contra um Branco ousado ladre:  
e que esta ousadia quadre  
ao Bispo, ao Governador,  
ao Cortesão, ao Senhor,  
tendo naus no Maranhão:  
milagres do Brasil são.
- 3 Se a este podengo asneiro  
o Pai o alvanece já,  
a Mãe lhe lembre, que está  
roendo em um tamoeiro:  
que importa um branco cueiro,  
se o cu é tão denegrido!  
mas se no misto sentido  
se lhe esconde a negridão:  
milagres do Brasil são.
- 4 Prega o Perro frandulário,  
e como a licença o cega,  
cuida, que em púlpito prega,  
e ladra num campanário:  
vão ouvi-lo de ordinário  
Tios, e Tias do Congo,  
e se suando o mondongo  
eles só gabos lhe dão:  
milagres do Brasil são.
- 5 Que há de pregar o cachorro,  
sendo uma vil criatura,  
se não sabe da escritura  
mais que aquela, que o pôs forro?  
quem lhe dá ajuda, e socorro,  
são quatro sermões antigos,

que lhe vão dando os amigos,  
e se amigos tem um cão:  
milagres do Brasil são.

6 Um cão é o timbre maior  
da Ordem predicatória,  
mas não acho em toda história,  
que o cão fosse pregador:  
se nunca falta um Senhor,  
que lhe alcance esta licença  
a Lourenço por Lourença,  
que as Pardas tudo farão:  
milagres do Brasil são.

7 Já em versos quer dar penada,  
e porque o gênio desbrocha,  
como cão a troche-mocha  
mete unha e dá dentada:  
o Perro não sabe nada,  
e se com pouca vergonha  
tudo abate, é, porque sonha,  
que sabe alguma questão:  
milagres do Brasil são.

8 Do Perro afirmam Doutores,  
que fez uma apologia  
ao Mestre da poesia,  
outra ao sol dos Pregadores:  
se da lua aos resplandores  
late um cão a noite inteira  
e ela seguindo a carreira  
luz sem mais ostentação:  
milagres do Brasil são.

9 Que vos direi do Mulato,  
que vos não tenha já dito,  
se será amanhã delito  
falar dele sem recato:  
não faltará um mentecapto,  
que como vilão de encerro  
sinta, que dêem no seu perro,  
e se porta como um cão:  
milagres do Brasil são.

10 Imaginais, que o insensato  
do canzarrão fala tanto,  
porque sabe tanto, ou quanto,  
não, senão porque é mulato:  
ter sangue de carrapato  
ter estoraque de congo  
cheirar-lhe a roupa a mondongo  
é cifra de perfeição:  
milagres do Brasil são.

**Resposta do vigário Lourenço Ribeiro scandalizado de que o poeta ó  
satyrizasse do modo que fica dito**

1 Doutor Gregório Gadanha,  
pirata do verso alheio,  
caco, que o mundo tem cheio,  
do que de Quevedo apanha:  
já se conhece a maranha  
das poesias, que vendes  
por tuas, quando as emprendes  
traduzir do Castelhana;  
não te envergonhas, magano?

2 Cuida o mundo, que são tuas  
as sátiras, que acomodas,  
suponho que a essas todas  
pode chamar obras suas:  
os rapazes pelas ruas  
o andam publicando já,  
e o mundo vaia te dá,  
quando vê tal desengano  
não te envergonhas, magano?

3 O soneto, que mandaste  
ao Arcebispo elegante  
é do Gôngora ao Infante  
Cardeal, e o furtaste:  
logo mal te apelidaste  
o Mestre da poesia  
furtando mais em um dia,  
que mil ladrões em um ano:  
não te envergonhas, magano?

4 Cuidas, que os outros não sabem?  
O que sabes, é mui pouco,  
e assim te gabas de louco  
temendo, que te não gabem:  
só nos ignorantes cabem  
as asneiras, que em ti vemos,  
pelas quais te conhecemos  
seres das honras tirano:  
não te envergonhas, magano?

5 Não há no mundo soldado,  
cavalheiro, homem ciente,  
que tu logo maldizente  
não deixes vituperado:  
porém dizes mal do honrado  
ou por ódio, ou por inveja,  
ou porque o teu gênio seja  
fazer aos honrados dano:  
não te envergonhas, magano?

6 Dizes mal alguma vez,  
dos que não procedem bem;

mas dirás, que não convém,  
por serem, como tu és:  
dize do Pai, que te fez,  
que bem tens, que dizer dele  
o mal, que há na tua pele,  
já que ninguém te acha humano:  
não te envergonhas, magano?

7 Se com sátiras tu só  
a todos desacreditas,  
trazendo sempre infinitas  
no forge de teu Avô:  
como não temes, que o pó  
te sacuda algum bordão:  
pois sabes, que a tua mão  
não pega obras de Vulcano!  
não te envergonhas, magano?

8 Sendo Neto de um Ferreiro  
trazes espada de pau,  
nisso fazes, berimbau,  
o adágio verdadeiro:  
porém se em nada és guerreiro,  
para que te chamas guerra,  
e a fazes a toda a terra  
co'a língua, que é maior dano?  
não te envergonhas, magano?

9 Tua Avó, de quem tomaste  
de Guerra o falso apelido  
a um, e a outro marido  
lhe fez de cornos engaste:  
se temes, que te não baste  
por agora, o que ela fez,  
na tua cabeça vês  
milhares deles cada ano:  
não te envergonhas, magano?

10 Sendo casado em Lisboa,  
achava logo qualquer  
remédio em tua mulher,  
e se provou, era boa:  
a fama desta outra soa  
não menos que na Bahia;  
sendo tua não podia  
deixar de ter gênio humano:  
não te envergonhas, magano?

11 Pois é cousa bem sabida,  
que o teu casamento sujo  
veio por um Araújo,  
que a tinha bem sacudida:  
casou contigo saída  
da casa dele, onde esteve  
por sua amiga, e não deve

dizer alguém, que te engano:  
não te envergonhas, magano?

12 Fazes, o que fez teu Pai,  
porque a mesma fama cobres,  
que por fazer bem a pobres  
amou muito à tua Mãe:

na tua progênie vai  
herdado como de ofício,  
pois toma por exercício  
dar carne ao gênero humano:  
não te envergonhas, magano?

13 Tuas Irmãs se casaram  
publicamente furtadas,  
e há, quem diga, que furadas  
d'outros, que se não declaram:  
oh se as paredes falaram!  
inda hoje bem poderias  
ouvir várias putarias  
de tanto caminho lhano:

não te envergonhas, magano?

14 Teu Pai foi outro Gregório  
no pouco asseio, e limpeza,  
de cuja muita escareza,  
se lembra este território:  
que andou roto com notório  
escândalo, até fazer  
o luto, que quis trazer  
por certo Rei em tal ano:

não te envergonhas, magano?

15 De teus Irmãos te asseguro,  
que têm sido na Bahia  
um labéu da companhia,  
outro sequaz do Epicuro:  
mas ambos juntos te juro,  
que em nenhum vício te igualam;

oh que de causas se falam,  
e todas tanto em teu dano!  
não te envergonhas, magano?

16 Dizes, que dos Pregadores  
o sol é teu Irmão, quando  
Vieira está-se aclamando  
pelo melhor dos melhores?  
dizes, que aos esfregadores  
pode dar ele lições;  
não sabes quantos baldões  
tem sofrido pelo cano?

não te envergonhas, magano?

17 Diga esse Frade maldito,  
se injuriado ficou,  
quando co'a negra se achou

na mesma cama do Brito:  
sei, que se ria infinito,  
quando o Pintor lhe quis dar  
depois de o injuriar,  
vendo-o com a amiga ufano:  
não te envergonhas, magano?

18 O que se riu numa festa,  
dando ele satisfação  
d'alma daquele sermão  
publicou, que era mai besta:  
e se tudo isto não presta,  
para maior glória sua,  
veja-se amando a Perua  
que diz, que Eusébio é seu mano:  
não te envergonhas, magano?

19 Se teu Irmão este é,  
como é sol dos Pregadores?  
e se tens erros maiores,  
que nome é bem, que te dê?  
lembra-te o quanto na Sé  
escandalizou a todos  
o pícaro dos teus modos,  
arnando sempre o profano:  
não te envergonhas, magano?

20 Por não querer confessar-te,  
o Cura te declarou,  
e esta Quaresma tornou  
o Vigário a declarar-te:  
da Igreja o vi lançar-te  
em uma solene festa;  
mas tu de uma acção como esta  
não te corres, sendo humano:  
não te envergonhas, magano?

21 Tens mudado mais estados,  
que formas teve Proteu,  
não sei, que estado é o teu,  
depois de tantos mudados:  
sei, que estamos admirados  
de te vermos rejeitar  
a murça capitular,  
para casar como insano:  
não te envergonhas, magano?

22 A nenhum jurista vês  
que logo não vituperes,  
chamando-lhe néscio, e queres  
contradizer, quanto lês:  
eu sei, que mais de uma vez  
disseste já na Bahia,  
que Bártolo não sabia,

e que era um asno Ulpiano:  
não te envergonhas, magano?

23 Arrezoando em um feito,  
por mofar do Julgador,  
fizeste do mal pior,  
fazendo torto o direito:  
porém se no teu conceito  
todos os mais sabem nada,  
tua ciência é palhada,  
se se vê com desengano:  
não te envergonhas, magano?

24 Lembra-te, quando o Prelado  
pelas tuas parvoíces  
decretou, que te despisses  
do hábito atonsurado:  
não ficaste envergonhado,  
porque não há, quem te ponha  
na cara alguma vergonha  
ante o Povo Baiano:  
não te envergonhas, magano?

25 Vieste de Portugal  
acutilado, e ferido,  
e do Burgo socorrido,  
a quem pagaste tão mal:  
essa sátira fatal  
te desterrou a esta terra,  
mas cutiladas em guerra  
sempre as de o valor humano:  
não te envergonhas, magano?

26 Admira excessivamente,  
que mandando-te apear  
certo homem para te dar  
disseste "não sou valente":  
mas se és galinha entre gente,  
assim havias fazer,  
cacarejar, e correr,  
que em ti é ofício lhano:

não te envergonhas, magano?  
27 Falar de ti, que bem tens,  
que falar de ti, Gregório,  
e a todo o mundo é notório,  
que tens males, e não bens:  
não queiras pôr-te aos iténs,  
com quem sobre castigar-te  
sei, que há de esbofetear-te,  
e com este desengano,  
não te envergonhas, magano?

28 Vê, que te quero cascar  
por outra sátira agora,  
pois nem a ver o sol fora,

queres à porta chegar:  
pois sabe, que hás de apanhar  
mais de quatro bordoadas,  
e com maiores pancatas,  
que as do teu papel insano:  
não te envergonhas, magano?

**A certo frade que se metteo a responder à huma sátyra, que fez o poeta, elle  
agora lhe retruca com estoutra**

Ilustre, e reverendo Frei Lourenço,  
Quem vos disse, que um burro tão imenso,  
Siso em agraz, miolos de pateta  
Pode meter-se em réstia de poeta?  
Quem vos disse, magano,  
Que fará verso bom um Franciscano?  
Cuidais, que um tonto revestido em saco  
O mesmo é ser poeta, que velhaco?  
Seres mestre vós na velhacaria  
Vos vem por reta via  
De trajar de burel essa libréia,  
E o ser poeta nasce de outra veia;  
Não entreis em Aganipe mais na barca,  
Porque nela co'a mesma vossa alparca  
Apolo tem mandado,  
Que vos espanquem por desaforado.  
Não sabeis, Reverendo Mariola,  
Remendado de frade em salvajola,  
Que cada gota, que o meu sangue pesa  
Vos poderá a quintais vender nobreza?  
Falais em qualidade,  
Tendo nessas artérias quantidade  
De sangue vil, humor meretricano,  
Pois nascestes de sêmen franciscano,  
E sobre vossa Mãe em tempos francos  
Caíram mil tamancos,  
De Sorte que não soube a sua pele,  
Se vos fundiu mais este, do que aquele:  
E nem vós, Frei Monturo, ou Frade Cisco,  
Sabeis se filho sois de São Francisco,  
Porque sois, vos prometo,  
Filho do Santo não, porém seu neto.  
Quem vos meteu a vós, vilão de chapa  
A tomares as dores do meu mapa,  
Se no mapa, que fiz não se esquadrinha  
Linha tão má, como é a vossa linha?  
Mas como comeis alhos,  
Vos queimais, sem chegares aos buralhos;  
E se acaso vos toca a putaria,  
Que ali pintou a minha fantasia,  
Não vos canseis em defender as putas,  
Pois sendo dissolutas,  
Não vos querem soldado aventureiro,  
Querem, que lhe acudais com bem dinheiro;  
E querem pelo menos, Frei Bolório,  
Que os sobejos lhe deis do refeitório,

Que as dádivas de um Frade  
sobejos são da leiga caridade.  
E se acaso esforçastes a ousadia  
À vista de uma larga companhia,  
Ides, Frei Maganão, muito enganado,  
Que o capitão pretérito é passado:  
Não é cousa possível,  
Que vos livre de trago tão terrível;  
Tornai em vós, Frei Burro, ou Frei Cavalo,  
Que cair sobre vós pode o badalo  
De algum celeste signo, que vos abra,  
E sem dizer palavra  
Vos leve em corpo, e alma algum demônio  
Por mau imitador de Santo Antônio;  
Confessai vossas culpas, Frei Monturo,  
Que anda a morte de ronda pelo muro,  
E se na esfera vos topar a puta,  
Vos heis de achar no inferno a pata enxuta.